

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 27/01/2021	Página: A2
Assunto: Preço da Hora Bahia – balanço 2020	

A TARDE

Preço da Hora Bahia

Ao completar o nono mês de funcionamento, contribuindo para a regulação de preços no mercado, o aplicativo Preço da Hora Bahia alcançou 381 mil usuários neste início de ano. dentre os quais, mais de 205 mil são consumidores de Salvador. O aplicativo permite o acesso a informações confiáveis por constarem nas notas fiscais eletrônicas, ao ampliarem o banco de dados a cada operação de compra e venda registrada pela empresa.

– Quem conhece, acaba utilizando o aplicativo no dia a dia, pela utilidade e facilidade de acesso aos dados, afirmou o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório.

O aplicativo funciona em celulares android e IOS e está disponível gratuitamente, no endereço precodahora.ba.gov.br

Veículo: Política Livre	
Data: 27.01.2021	Caderno: Economia



26 de janeiro de 2021 | 16:42

381,8 mil já utilizam app Preço da Hora Bahia

BAHIA

Lançado em abril do ano passado pelo governador Rui Costa, tendo como forte apelo o de auxiliar os baianos a evitar deslocamentos desnecessários em meio à pandemia, o aplicativo Preço da Hora Bahia chega ao início de 2021 com 381,8 mil usuários, dos quais 205,8 mil em Salvador. Os números atestam o apelo da ferramenta que pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, em todos os 417 municípios, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas.

Baixar o aplicativo e começar a utilizá-lo é simples: ele está disponível para Android e iOS ou no endereço precodahora.ba.gov.br. O app acaba de lançar a versão 1.2, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota, entre outras irregularidades, e ainda o histórico de preços de combustíveis e a possibilidade de compartilhamento de preços interessantes nas mídias sociais do usuário.

Implantado pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o app ainda tem a maior parte dos usuários na capital e nos grandes centros do interior, e encara o desafio de alcançar um maior número de moradores de pequenos e médios municípios.

Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Facilidade de uso

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo no dia-a-dia, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia-a-dia”, observa.

Ele ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia. “Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”, enfatiza o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/01/2021	



381,8 mil já utilizam aplicativo Preço da Hora Bahia

26 janeiro 2021

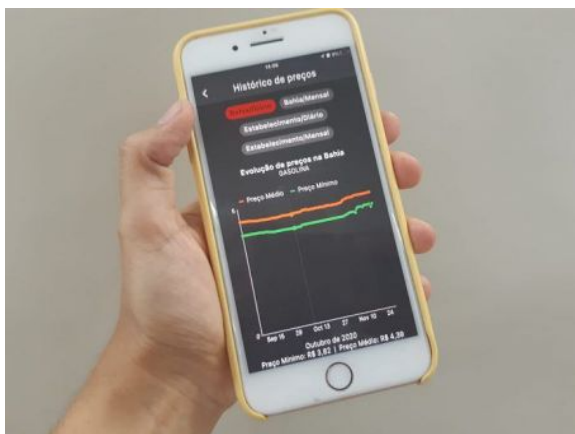


Foto: Sefaz-BA

Lançado em abril do ano passado pelo governador Rui Costa, tendo como forte apelo o de auxiliar os baianos a evitar deslocamentos desnecessários em meio à pandemia, o aplicativo Preço da Hora Bahia chega ao início de 2021 com 381,8 mil usuários, dos quais 205,8 mil em Salvador. Os números atestam o apelo da ferramenta que pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, em todos os 417 municípios, com base nas informações das notas fiscais eletrônicas.

Baixar o aplicativo e começar a utilizá-lo é simples: ele está disponível para Android e iOS ou no endereço precodahora.ba.gov.br. O app acaba de lançar a versão 1.2, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota, entre outras irregularidades, e ainda o histórico de preços de combustíveis e a possibilidade de compartilhamento de preços interessantes nas mídias sociais do usuário.

Implantado pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o app ainda tem a maior parte dos usuários na capital e nos grandes centros do interior, e encara o desafio de alcançar um maior número de moradores de pequenos e médios municípios.

Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Facilidade de uso

“Quem conhece acaba adotando o aplicativo no dia-a-dia, em função da utilidade e da extrema facilidade de uso”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. Ele lembra que muitas pessoas ficam sabendo do aplicativo a partir da indicação de amigos e conhecidos. “Basta experimentar para ver que se trata de uma ferramenta destinada a fazer parte do dia-a-dia”, observa.

Ele ressalta que a base de dados do aplicativo é alimentada pelas mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente, a partir destas informações, é possível pesquisar os preços de cerca de 500 mil produtos à venda no varejo em toda a Bahia. “Quem ainda não usa o Preço da Hora está perdendo uma grande oportunidade de economizar”, enfatiza o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/01/2021	



Decreto de calamidade pública para Estado da Bahia é renovado pela Alba

26 janeiro 2021

Atendendo a solicitação do governo baiano, a Assembleia Legislativa (Alba) votou e aprovou a renovação, até 30 de junho, do estado de calamidade pública na Bahia devido à pandemia da Covid-19. O resultado da votação, que ocorreu no dia 18, foi publicada no Diário Oficial do Legislativo no último dia 23.

Além do Estado da Bahia, houve a renovação de calamidade pública, por conta da Covid-19, em 156 cidades do interior e em Salvador. Foi aprovado ainda estado de calamidade pública para os municípios de Nova Viçosa e Jucuruçu. Com a aprovação dos decretos, os gestores públicos ganham flexibilidade na gestão do orçamento para a destinação de recursos ao enfrentamento da crise sanitária.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Exportações caem menos na Bahia

Acompanhando a desaceleração da economia em escala mundial, devido aos impactos causados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Bahia registrou queda nas exportações de 4% em 2020, com relação ao desempenho registrado no ano anterior.

Foram US\$ 7,8 milhões a menos na movimentação financeira, segundo dados divulgados pela Gerência de Estudos Técnicos da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

Os números correspondem à publicação Relatório de Acompanhamento do Comércio Exterior da Bahia (Raceb), produzida por técnicos especializados da equipe de colaboradores da Fieb.

A queda das exportações da Bahia foi menor que a média do país, devido a concentração em produtos industrializados, como o óleo combustível, explicou o especialista em desenvolvimento industrial da Fieb, Carlos Peres.

PRINCIPAIS PRODUTOS - Soja, óleo combustível, celulose em pasta, algodão, bulhão dourado, bagaços de soja, celulose para dissolução, equipamentos de energia eólica, automóveis e manteiga de cacau foram os principais produtos exportados.

A China foi o principal país de destino dos produtos fabricados no nosso estado, alcançando quase 30% do total, muito distante da segunda colocada, Cingapura, com 13%, Estados Unidos, Argentina e Suíça.

Em 2020, a Bahia ficou em 10º lugar no ranking de exportações brasileiras, com participação de 3,6%, mas se computados apenas os dados da região Nordeste, o estado foi responsável por exatamente a metade do valor exportado pela região.

“A mentira pode ser usada deliberadamente no debate político? O Presidente da República [Jair Bolsonaro], com suas elevadas atribuições, pode costumeiramente mentir?”

FLÁVIO DINO, governador do Maranhão, no texto da queixa-crime apresentada por ele no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente Jair Bolsonaro por crimes de calúnia



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

NAVEGAR | Ter o mar como espaço de lazer costuma ser associado a luxo e grandes embarcações, mas muita gente encontra jeito de superar essa união. Navegar assim livre com a família junto é qualquer coisa menos “pobre”.

Ciência aberta e vacinas

Nelson Pretto

Professor da Faculdade de Educação da UFBA
nelson@pretto.pro.br

Se não bastasse a pandemia da Covid-19 e o pandemônio de uma gestão federal que não dá conta das mínimas ações para o seu enfrentamento, ainda precisamos encarar parcela da população que segue ideias negacionistas, num ataque frontal à ciência. Mas não podemos centrar o debate público apenas na crítica a essa lamentável agenda obscurantista. Temos muito mais a aprofundar, incluindo alguns debates que estão em disputa no próprio campo científico. Refiro-me à Ciência Aberta e a necessária ênfase no Commons, temas mais do que necessários ao analisarmos o mercado das vacinas.

Para além das trapalhadas do governo

federal, o que está em jogo agora é um mercado bilionário que fortalecerá ainda mais algumas das maiores farmacêuticas do mundo. Precisaremos de cerca 8 bilhões de doses de vacinas para imunizar em torno de 70% da população mundial, boa parte desenvolvida nesses laboratórios privados, o que têm lhes possibilitado lucros exorbitantes. Nos últimos 12 meses, só a ações da Moderna e da BioNTech subiram 570% e 270%, respectivamente. Isso sem falar no enriquecimento milionário dos seus exe-

Mais do que tudo, precisamos pensar em formas mais humanas de fazer a ciência de fato chegar às pessoas

cutivos (O Globo, 24/01).

O artigo bem fundamentado de Leonardo Foletto no site baixacultura intitulado “Quebrar patentes e liberar o conhecimento na pandemia” (//kutt.it/quebrapatente) vai direto ao ponto. O tema da Ciência Aberta precisa estar na pauta dos debates nas comunidades científicas, mas com forte envolvimento da sociedade.

Pesquisamos o tema atentos aos movimentos hackers, softwares livres, recursos educacionais abertos, licenciamentos abertos, entre outros, pois, para nós, o conhecimento é um bem da humanidade e não uma mercadoria a ser negociada. Defendemos princípios que são basilares para que a humanidade possa se desenvolver de forma justa, solidária e sustentável.

No caso da vacina, o Brasil já viveu desafio similar quando do enfrentamento da AIDS nos anos 2000, no governo de FHC, com José Serra seu ministro da saú-

de. O SUS precisava oferecer aos contaminados pelo vírus um coquetel que tinha, entre outros, o Nelfinavir do laboratório suíço Roche, que queria cobrar preços exorbitantes para que pudéssemos produzir o remédio (Folha, 23/8/01). A negociação não andou e, corretamente, o governo brasileiro quebrou a patente do remédio, viabilizando sua produção pela Fiocruz com um custo 50% menor. Na época, o governo não se recusou a pagar os royalties, o que fez foi apenas considerar a própria legislação que autoriza esses procedimentos em caso emergenciais como era o da época e o de agora.

Em momentos como o atual, é inaceitável o aprisionamento do conhecimento enquanto perdemos uma significativa parte da população mundial por conta da Covid-19. Mais do que tudo, precisamos pensar em formas mais humanas de fazer a ciência de fato chegar às pessoas

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Empatia à prova

A lei de Gerson voltou a ganhar força no país tupiniquim. Não foi à toa que o famoso meio-campista da seleção brasileira de setenta, na época, garoto propaganda da indústria de cigarros Souza Cruz, reverberou: “o brasileiro gosta mesmo é de levar vantagem em tudo”. O tempo passou e, infelizmente, ainda temos que conviver e sentir na pele essa regra de conduta egoísta. Então, a indignação não me dá sossego. Ora, flagro-me em incauta reflexão: será que a máxima é inerente ao ser humano e teremos que conviver com ela para sempre? Ora, por ingênua credulidade, tenho esperança de que, talvez, seja apenas um momento de desespero e, por conseguinte, passageiro. Mas dois anjinhos, que se digladiam numa batalha maniqueísta em minha cachola, não param de fustigar e faz-me encarar a triste realidade que ronda a famigerada relação entre causa e efeito que permeia a convivência “pacífica” e “respeitosa” entre os indivíduos. É vergonhoso saber que, em plena turbulência causada pelo coronavírus, pessoas usam o poder político e/ou econômico para persuadir funcionários da área da saúde, que estão na linha de frente da vacinação, com o propósito de usufruir do “prestígio” que deixa a boca amarga e conseguem furar a fila. Enquanto isso, guerreiros que estão no

fronte de batalha ficam “a ver navios”. Que Oxalá interceda nesta peleja para permitir virar horrendo jogo! **GILBERT BORGES, GILBERTBORGES64@GMAIL.COM**

“Salvador amigável?”

Sobre a nota “Salvador amigável?”, publicada na edição desta terça (26), a Transalvador esclarece que investe em formas de humanizar o trânsito da capital. Nos últimos oito anos, Salvador saltou de 37 km de rede cicloviária para quase 300 km. Projetos implementados pelo órgão, como “Região de Trânsito Calmo”, buscam a readequação da velocidade dos veículos e o aumento da

É vergonhoso saber que, em plena pandemia, pessoas usam o poder político e/ou econômico para persuadir funcionários da área da saúde (...) para furar a fila

segurança de pedestres e ciclistas. Estuda-se expandir esses projetos para diversos bairros. A geometria viária da capital já é pensada no estímulo à diversificação dos meios de transporte. Em relação às faixas de pedestres, diariamente equipes da autarquia fazem reforço da sinalização. Somente no ano passado, aproximadamente mil faixas foram pintadas. Quando é preciso retirar a faixa, sempre é pensada uma alternativa segura para a travessia, como, por exemplo, implantação de passarelas. Aliado a isso, a autarquia municipal investe em campanhas educativas para conscientizar a população sobre condutas responsáveis no trânsito. Preservar vidas no trânsito sempre será meta da Transalvador. **ASCOM-TRANSALVADOR**

Upgrade já em Itapuã

A nova orla de Itapuã torrou milhões de reais do contribuinte baiano, com a esperança de semear o ordenamento e o bom uso do espaço público, atraindo famílias, admiradores de atividades culturais e esportivas, empresários dos mais diversos setores, turistas, para uma das mais belas praias de Salvador, gerando emprego e renda para a economia local. Lamentavelmente a Prefeitura de Salvador falha quando acha que sem uma fiscalização eficaz está livre da “Síndrome do cacete armado” já enraizada no povo sote-

ropolitano. O que vemos hoje é um verdadeiro desastre aos olhos de turistas, de famílias, e de empresários desiludidos com a facilidade dos ambulantes de se instalarem em locais públicos e ainda terem pontos clandestinos de água e luz! Para complementar o belíssimo cenário, uma legião de mendigos com colchões, roupas, cachorros, dormem à céu aberto, sem que a Sepromi tome nenhuma providência para removê-los, pelo menos dos locais estratégicos do ponto de vista turístico. Além dos banheiros químicos fétidos, utilizados por usuários de drogas e sem a mínima condição de uso, e da imundice provocada por mal educados que desconhecem para que serve uma lixeira. **ROBSON MACHADO, ROBSON.RMRG@UOL.COM.BR**

Providências

Não é possível que esse presidente não seja responsabilizado por esse genocídio que está acontecendo: 215.000 mortes por seu des-caso, pela sua maldade, pelo seu negacionismo. Isso é um absurdo. Não tem nenhuma instituição internacional que julgue esse elemento, não é possível isso continuar acontecendo. Por favor, o Brasil nunca foi isso que estamos vivendo, tomem providências. Não suporto mais ver meu país desse jeito. **PARUSIA DE JESUS, PARUSIADEJESUS2015@BOL.COM.BR**

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatde.com.br

ENERGIA De acordo com Frederico Rocha de Araújo, presidente da companhia, "a bandeira tarifária é uma forma suave de controlar a energia do Brasil"

Diretor da ABESCO defende uso de bandeiras tarifárias



JEFERSON JESUS*

Em estimativas realizadas para o início deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê condições mais favoráveis dos reservatórios de água do país para a produção de energia elétrica.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO), Frederico Rocha de Araújo, em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, ontem, é necessário entender como funciona o esquema de cobranças das bandeiras tarifárias do território brasileiro.

"Nós sempre devemos pensar nas bandeiras tarifárias de acordo com o nível das chuvas no Brasil. Então, em períodos que chovem muito, nós podemos ter uma bandeira verde ou amarela. Tivemos longos períodos de seca no país, principalmente nas regiões, que tem os reservatórios que geram energia elétrica para as hidrelétricas. Portanto, o governo inseriu esse serviço para regular o fluxo", explica.

Avaliando o projeto como um processo benéfico a todas camadas da sociedade, o diretor defende o sistema de sinalização composto por bandeiras com as cores verde (condições favoráveis de geração de energia), amarela (condições menos favoráveis), vermelha (condições mais custosas de geração). "Há tempos atrás, o gover-



Frederico foi entrevistado durante o programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM

no chegou a implantar multas para quem ultrapassasse o limite de consumo no país. Acredito que a bandeira tarifária é uma forma suave de controlar a energia do Brasil. É um processo que atinge, desde aquelas pessoas mais simples até a grandes consu-

MATRIZES DO BRASIL

"A maior parcela de condição de energia elétrica no país é de condição hidrelétrica. Na sequência, temos outras matrizes, como a energia eólica e também a energia Solar", diz Frederico.

midores, donos de empresas, são impactados de forma bem razoável nos valores", disse.

Iniciando o ano com uma bandeira amarela, com possui um custo de menos de R\$ 1,50 (KWh) por mês, para Araújo, um dos principais objetivos do sistema é criar uma espécie de conscientização sobre o uso correto da energia elétrica, sem restrições de níveis sociais.

"Quando falamos em conservação de energia, não estamos pensando só em projetos de engenharia complexos, com troca de grandes equipamentos. Ela começa em todos os níveis, desde uma residência até uma grande empresa, no processo de conscientização das pes-

soas. Temos um foco muito grande em trabalhar a educação da eficiência energética, ou seja, principalmente mudar essa cultura ou hábitos de consumo", garante.

Horário de Verão

Questionado sobre a suspensão do horário de verão, Frederico garantiu que o fim da atividade não acarretou grandes problemas. "Alguns estudos realizados por especialistas chegaram ao veredito que a mudança do horário de verão não causa impactos na eficiência energética ou no consumo de energia elétrica", afirmou.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA KEYLA PEREIRA



Movimento Reforma Administrativa Eficiente é lançado pela ACB



Paulo Cavalcanti, vice-presidente da ACB

Com mais de dois séculos como uma das mais atuantes protagonistas da formação empresarial da nossa sociedade, a Associação Comercial da Bahia acredita que a mobilização em prol da reforma administrativa depende de um amplo movimento nacional. Por isso, a entidade está lançando o Movimento Reforma Administrativa Eficiente (M-RAE), agregando entidades baianas e de outros estados.

As bases do M-RAE estão nos Encontros Integrados para Tomada de Decisão, promovidos pelo Núcleo Jurídico da ACB, em parceria com o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE-BA), e com participação de representantes jurídicos de diversas entidades associativistas do estado e do país, como Fórum Empresarial da Bahia, Sebrae, Instituto Miguel Calmon (IMIC), Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Fecomércio, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL-BA), Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia (Faceb), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP-BA), Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (Sindicombustíveis-BA) e LIDE-MT.

O desafio em manter o país equilibrado e bem administrado, sobretudo diante da pandemia que o mundo tem vivido, tem reforçado ainda mais a necessidade de uma melhor gerência de tudo que é para a população. "Nossa intenção é ampliar e diversificar o público dos Encontros, para que juntos possam acessar o maior número possível de cidadãos, incluindo os empresários, que precisam acompanhar a dinâmica destes debates. Precisamos discutir o silêncio administrativo, a demora excessiva em dar respostas e apresentar melhorias para a sociedade, bem como a responsabilidade dos agentes e órgãos públicos", aponta Cavalcanti.

Nesta quarta-feira (27), às 19h, o convidado será o presidente da Frente Parlamentar Mista que defende a ampliação da reforma administrativa, o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG). O evento online e gratuito acontece pela plataforma Zoom e o link de acesso está disponível no instagram @nucleojuridicoacb.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

PAGAMENTO

Aposentados do INSS começam a receber benefícios com reajuste

AGÊNCIA BRASIL

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham um salário mínimo começam a receber os benefícios com reajuste em suas contas desde a última segunda-feira (25). O calendário já havia sido anunciado pela autarquia em dezembro do ano passado.

Os depósitos seguirão a sequência de anos anteriores, com um calendário para

Em 2021, o INSS reajustou o valor do benefício de R\$ 1.045 para R\$ 1.100, no caso de quem ganha um salário mínimo

quem recebe um salário mínimo e outro para quem ganha mais. Para cada categoria, as datas de pagamento serão determinadas pelo número final do cartão, sem considerar o dígito verificador (que vem depois do traço). Os primeiros a receber são aqueles que possuem número final do cartão 1 e recebem um salário mínimo.

Esse calendário abrange a maioria dos 35 milhões de segurados. Antigos beneficiários que recebem fora da

sequência do número do cartão, continuarão a ser pagos na data atual.

Em 2021, o INSS reajustou o valor do benefício de R\$ 1.045 para R\$ 1.100, no caso de quem ganha um salário mínimo. O aumento, para esses aposentados e pensionistas, será de 5,26%. Quem ganha acima do salário mínimo terá um reajuste de de 5,45%, seguindo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado de 2020.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Guedes cita condições para volta

REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a renovação do auxílio emergencial está colocada como última hipótese, só em um caso de agravamento da pandemia. O anúncio foi feito ontem. Guedes espera que a queda da taxa de mortalidade da Covid-19 e o retorno de um nível mais forte da atividade econômica tornem desnecessário o retorno do auxílio.

Guedes admitiu, no entanto, considerar o retorno do auxílio caso a vacinação

atrase e a pandemia se agrave, sendo que os demais gastos do governo teriam que ser contidos. "Não pode ficar gritando guerra toda hora. Tem de ter muito cuidado", disse Guedes, se referindo ao chamado "orçamento de guerra", aprovado pelo Congresso no ano passado.

"Pensa bastante, pois, se fizer isso, não pode ter aumento automático de verbas para educação, para segurança pública, pois a prioridade passou a ser absoluta, é uma guerra. Aqui é a mesma coisa, se apertar o botão ali, vai ter

de travar o resto todo [do orçamento]. Então vamos observar a economia, a saúde, os dois andam juntos, e esperar pelo melhor", completou.

Partido de oposição, e mesmo aliados do governo, têm defendido uma nova rodada do auxílio emergencial. O presidente Jair Bolsonaro, entretanto, têm dito que não será possível o pagamento.

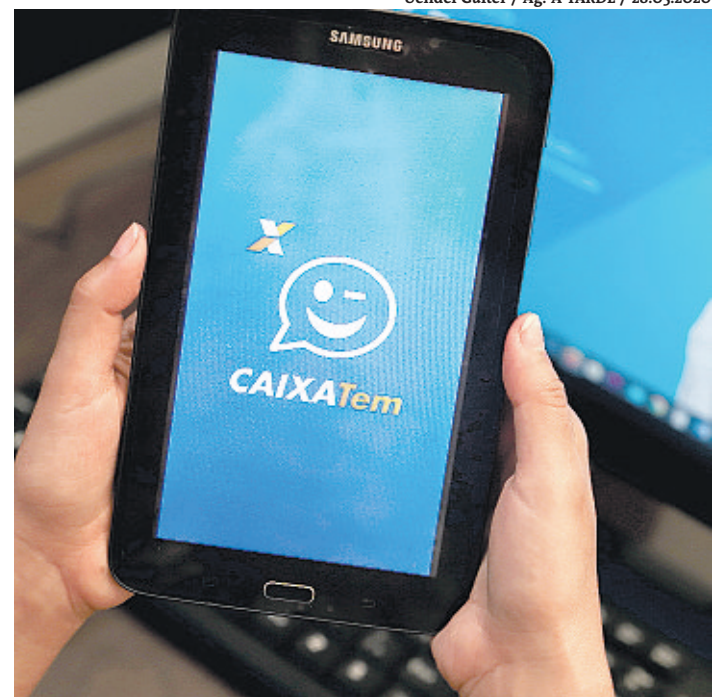
Pagamento

O governo federal vai pagar, amanhã, mais de R\$ 248 milhões de auxílio emergencial para 196 mil pessoas. A

portaria do Ministério da Cidadania foi publicada ontem no Diário Oficial da União, após análise das contestações e revisões decorrentes de atualizações de dados governamentais.

O grupo de beneficiários inclui cerca de 191 mil pessoas que contestaram a suspensão do benefício, entre 7 e 16 de novembro e entre 13 e 31 de dezembro de 2020, além de 5 mil pessoas que tiveram os pagamentos reavaliados em janeiro de 2021. Elas receberão de uma só vez todas as parcelas a que têm direito.

Uendel Galter / Ag. A TARDE / 28.05.2020



Governo federal aprova auxílio para 196 mil pessoas

Tribuna

FMI projeta crescimento maior do Brasil em 2021 e vê contração menor em 2020

REUTERS

O Fundo Monetário Internacional melhorou seu cenário para o crescimento econômico do Brasil tanto este ano quanto no próximo, calculando ao mesmo tempo uma contração menor em 2020.

Na atualização de seu relatório Perspectiva Econômica Global divulgada nesta terça-feira, o FMI passou a ver uma contração de 4,5% do Produto Interno Brasileiro em 2020, depois de ter calculado queda de 5,8% em outubro em meio aos efeitos da pandemia de Covid-19 em todo o mundo.

Para este ano, o FMI agora espera que a maior economia da América Latina registre crescimento de 3,6%, 0,8 ponto percentual a mais do que no relatório anterior.

A recuperação segue em 2022 com expansão de 2,6%, em dado revisado para cima em 0,3 ponto percentual.

O cenário do FMI para o grupo de mercados emergentes e em desenvolvimento é de retração de 2,4% em 2020, com crescimento de



O FMI melhorou seu cenário para o crescimento econômico do Brasil tanto este ano quanto no próximo, calculando uma contração menor em 2020

6,3% e 5,0% respectivamente neste ano e no próximo.

"Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento também irão trilhar trajetórias de recuperação divergentes. Uma diferenciação considerável é esperada entre China — onde medidas de contenção eficazes, resposta forte de investimento público e suporte de liquidez do banco central facilitaram uma recuperação forte — e outras economias", apontou o FMI em seu relatório.

"Exportadores de petróleo e economias baseadas

em turismo dentro do grupo enfrentam perspectivas particularmente difíceis considerando a lenta normalização esperada das viagens internacionais e o cenário fraco para os preços do petróleo."

A região da América Latina e Caribe deve ter contraído 7,4% em 2020, segundo os cálculos do FMI, mas a perspectiva de recuperação em 2021 foi melhorada em 0,5 ponto percentual, a 4,1%, com crescimento estimado em 2022 de 2,9%.

Pandemia - A diretora-geral do Fundo Monetário

Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, disse nesta terça-feira, 26, que a recuperação da economia global, massacrada pela pandemia de covid-19, será uma oportunidade para mais equilíbrio social no mundo e para que, finalmente, o capitalismo possa ser um sistema para todos.

"Sabemos que a saída da pandemia precisa diminuir a desigualdade no mundo", afirmou.

Para a búlgara, os governos são as figuras mais apropriadas para conduzir essa mudança no globo e gerar oportunidades de redistribuição de renda, mas não devem agir só. "Os governos precisam fazer as coisas certas e as empresas precisam fazer as coisas certas", disse ela, enfatizando grupos de jovens e mulheres, por exemplo.

As ações são claramente mais necessárias, de acordo com Georgieva, nos países mais pobres e, para ela, bancos centrais e demais autoridades financeiras em todo o mundo têm como atuar nesse sentido, principalmente se realizarem o trabalho de forma conjunta. "Fazendo isso de forma compartilhada, então poderemos dizer que o capitalismo será para todos", afirmou.

Tribuna

‘Esperamos, conservadoramente, que Brasil cresça 3,5% neste ano’

REUTERS

Temos esperança de que, “conservadoramente”, a economia brasileira possa crescer 3,5% neste ano, disse nesta terça-feira o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmando que, na hipótese mais promissora, a expansão pode bater os 5%.

O ministro fez um apelo ao setor privado para que invista no país e afirmou que medidas para abrir a economia, como privatizações e concessões, ganharão fôlego em 2021. Guedes participou —ao lado do presidente Jair Bolsonaro e do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo— da Latin American Investment Conference 2021: A New Decade, a New World, promovida virtualmen-

te pelo CreditSuisse.

No encontro, o ministro reconheceu a possibilidade de volta do auxílio emergencial caso a economia sinta o baque de um recrudescimento da pandemia e a vacinação em massa sofra reveses. “Caso o pior aconteça, a doença volta, como compatibilizar uma coisa com a outra? Temos o protocolo da crise, aperfeiçoado agora”, disse o ministro, referindo-se à ideia de incluir na PEC do Pacto Federativo uma cláusula de calamidade pública, que seria ativada em caso “agudo” de emergência fiscal.

A ideia, segundo o ministro, é que em situação de emergência haja bloqueio de gastos para liberar recursos na forma de um auxílio.

Tribuna

Trens do Subúrbio vão deixar de operar

O fim do funcionamento será no dia 15 de fevereiro para o início das obras do VLT

FILIPE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

O anúncio do encerramento das atividades do Sistema de Trens do Subúrbio feito pelo Governo do Estado na manhã de ontem (26) já tem gerado preocupação para os usuários do sistema ferroviário. Sem o funcionamento dos trens - que vai parar de circular no dia 15 de fevereiro para que sejam iniciadas as obras do Veículo Leve de Transporte (VLT) ou monotrilho - a população da região deverá utilizar os ônibus urbanos, e ao invés dos R\$0,50 gastos com a tarifa cobrada no modal, vai ser preciso desembolsar o valor de R\$4,20 para a passagem.

Para o secretário estadual de desenvolvimento urbano, Nelson Pelegrino, que conversou com a equipe de reportagem do jornal Tribuna da Bahia, a tarifa paga pelos usuários do trem ao utilizarem os ônibus a partir de fevereiro não deve ser encarado como um problema. "Essa tarifa [do trem] de

R\$0,50 é desde 2020 porque é um transporte precário, que não leva ao destino do usuário. Fizemos uma pesquisa e concluímos que a população que pega o trem do Subúrbio é sazonal. São estudantes, idosos e tem uma parcela pequena que trabalha nas regiões da Calçada e Feira de São Joaquim. Para se deslocar para qualquer outro lugar é inevitável gastar mais com o transporte", declara.

Pelegrino comentou ainda que o Governo do Estado gasta cerca de R\$100 milhões por ano com subsídios para o transporte público. Segundo ele, a tarifa do metrô, que iniciou sua operação comercial em 2016, só é mais barata por causa desses subsídios que permitem a integração com o transporte por ônibus na capital. "Se você pegar um ônibus em Ilha de São João e ir até Pirajá vai pagar R\$4,20, pegando também o metrô e outro ônibus. Se não fosse o subsídio, o passageiro pagaria R\$8, porque R\$3,80 o governo está pagando", enfatiza. Ao comentar novamente sobre a situação do trem, o



Foto: Romildo de Jesus

TRANSPORTE A preocupação da população mais carentes é com relação ao valor gasto nos ônibus

secretário indagou: "como eu vou saber quem é que pode pagar R\$0,50 e quem pode pagar R\$4,20?".

Por fim, Pelegrino afirmou que o novo modal VLT será um meio de transporte mais amplo e que deve atender além da população do Subúrbio. "Não é o universo só de mil e poucas pessoas que pegam o trem no dia a dia. Deve atender por volta de 90 ou 100 mil pessoas. A questão da taxa é um problema social, mas não apenas dessas pessoas. Acho que tem que ser discutido,

estamos numa crise de mobilidade urbana que obriga os passageiros a largarem os sistemas de transporte por não terem como pagar a tarifa e optam por andar a pé. Mas como disse, o VLT vai ser subsidiado e a tarifa não custaria R\$4,20. Eu e vocês pagaremos com os impostos".

O cozinheiro Edvan Santos, que mora no Alto da Terezinha e é usuário do trem, comenta que o valor gasto com a passagem de ônibus vai pesar no bolso da população. "Tem gente que

nem tem esse valor para pagar a tarifa do ônibus. Vai ficar muito complicado, e com a chegada do VLT o preço não vai ser mais o mesmo do trem, o que deve exigir mais recurso de quem, às vezes, nem tem", lamenta. Para o jornalista e ex-morador do bairro de Praia Grande, Daniel Brito, a situação com a tarifa e o transporte é absurda. "A demanda do trem é para a Calçada. O redirecionamento da demanda atinge diretamente quem utilizava o trem para ir a locais exatos e vão agora precisar pagar uma tarifa alta, sem nenhuma revisão para essa parcela da população", enfatiza.

PESQUISA DO MP-BA

Segundo a pesquisa realizada pelo Bako Escritório Público de Engenharia e Arquitetura da UFBA, Ministério Público Estadual (MP-BA) e Tec&Mob em 2020, atualmente seis mil pessoas utilizam por dia a linha de trem entre as estações da Calçada e Paripe, sendo que 42% deles ganhavam, à época da pesquisa, menos que um quarto do salário mínimo e estavam abaixo da linha da pobreza. O perfil traçado aponta ainda que 90% dos usuários eram negros, 80% chegavam à estação do trem a pé e cerca de 70% afirmaram que deixarão de utilizar a linha ou reduzirão o uso após a mudança do modal.

Ainda segundo o estudo, o gasto mensal com transporte saltaria de R\$ 20,00 para R\$ 160,00, considerando duas viagens por dia útil (ida e volta) as tarifas de R\$ 0,50 (do trem) e R\$ 4,00 (monotrilho). Outro problema apontado é a remoção de 364 famílias no entorno das obras, previstas para começarem ainda neste mês, cujas indenizações estariam abaixo do valor do mercado imobiliário, causando problemas para que as famílias encontrem outro lar na mesma região.

O PROJETO

De acordo com informações da Secom do Governo do Estado, as obras do VLT têm custo de R\$2 bilhões e o desenvolvimento do projeto deverá beneficiar diretamente cerca de 600 mil moradores da região. O prazo para a conclusão das obras é de 24 meses. O VLT terá capacidade para transportar cerca de 170 mil usuários por dia, será movido à propulsão elétrica e sem emissão de agentes poluentes. A Fase 1 compreende 19,2 km, com 21 estações e vai ligar o bairro do Comércio, na cidade baixa da capital, até a Ilha de São João, em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. Na fase 2, que liga a região de São Joaquim até o Acesso Norte (integração com o metrô), estão previstas mais 5 estações.



A estação Jequitáia, na Calçada, foi inaugurada em 1860. O modelo atual do prédio é de 1936, terá 85 anos em 2021

O preço da modernidade

Trens do Subúrbio darão espaço ao VLT com passagem 8 vezes maior

Marina Hortélio*

REPORTAGEM
marinahortelio@redetbahia.com.br

O sistema de trens do Subúrbio Ferroviário vai parar de funcionar a partir de 15 de fevereiro. A interrupção do serviço será realizada para a nova etapa das obras do Veículo Leve de Transporte (VLT). O fim da operação dos trens também será marcada pelo aumento no custo desse modal para os passageiros. Dos atuais R\$ 0,50 pagos no percurso entre a Calçada e Paripe, valor vigente desde 2002, a passagem passará a custar R\$ 3,90, segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, Nelson Pelegrino. O aumento é de quase 8 vezes, na comparação com o montante cobrado atualmente.

De acordo com Pelegrino, a tarifa atual é simbólica, mas conseguiu ser mantida por subsídios do estado e devido à precariedade dos trens. "Qual transporte fica 19 anos sem reajuste? A tarifa não foi reajustada pelo fato do serviço ser precário", disse.

Os novos valores para o VLT ainda não foram normatizados, mas devem seguir a tabela do metrô - R\$ 3,90 para a viagem apenas no modal e

R\$ 4,20 para a passagem com integração com outros meios de transporte. Apesar do aumento, o secretário ressalta que estes valores também são subsidiados. "A tarifa integrada no metrô custa algo em torno de R\$ 6,40 para o governo. Esse valor de R\$ 4,20 é subsidiado. No caso do VLT, a população poderá se beneficiar desse subsídio com a oportunidade de pegar o monotrilho, o metrô e o ônibus", afirma Pelegrino.

INTEGRAÇÃO

Se o valor vai aumentar para quem anda apenas de trem, o preço cai quando levado em conta a integração com os sistemas de ônibus urbanos e metropolitano e o metrô. Atualmente, o trem do subúrbio não é integrado, o que faz com que o passageiro tenha de gastar com mais de uma passagem. "A tarifa atual do trem só permite o deslocamento entre Paripe e a Calçada e caso o passageiro necessite ir até o Comércio ou outras regiões centrais da cidade, paga mais R\$ 4,20 [com a integração], ou seja, R\$ 4,70", pondera Pelegrino.

Morador do Subúrbio Ferroviário e líder comunitário, Eugênio Santos, 44 anos, afirma que alguns passageiros que utilizam o trem do subúrbio não poderão pagar

mais que R\$ 0,50, o que torna o aumento excludente para a população de baixa renda.

Eugênio faz um contraponto ao analisar os impactos da integração do monotrilho: "a integração vai depender do caminho que a pessoa vai fazer. Para algumas pessoas deve melhorar, mas temos que ver onde vai ter estação para integração e analisar isso quando o VLT estiver funcionando. Até porque tivemos uma redução das linhas de ônibus aqui na região", diz.

O VLT vai manter a gratuidade para idosos e a meia passagem para estudantes já existente no trem do subúrbio, mas é impossível dar benefícios para toda a popula-

Os passageiros serão orientados sobre as linhas de ônibus que estão servindo àquela região do subúrbio que podem ser utilizadas em substituição ao trem Nelson Pelegrino

Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, ao explicar sobre a interrupção do serviço do trem do subúrbio para a instalação do VLT (veja tabela de ônibus, abaixo)

A integração vai depender do caminho que a pessoa vai fazer. Para algumas pessoas deve melhorar, mas temos que ver onde vai ter estação Eugênio Santos

Morador do Subúrbio e líder comunitário. Segundo ele, os trens atualmente em operação são velhos e inseguros e ele espera que o novo modal melhore a qualidade do serviço prestado aos suburbanos

ção que não pode arcar com a tarifa do transporte público, afirma o secretário. "A composição do público é sazonal, em grande maioria. São pessoas que vão na Calçada fazer compras, na Feira de São Joaquim. Por esse motivo, não temos como fazer uma tarifa por corte social, o universo para isso é maior", explica Nelson Pelegrino.

INTERVENÇÃO

A parada no serviço dos trens vai permitir que a via seja isolada, seccionada, tapumada e se inicie a retirada da parte aérea de eletrificação da ferrovia. Depois, será iniciada a prova de carga da via, considerada etapa fundamental para que sejam fincadas as estacas, os pilares e por fim a via por onde irá circular o VLT. Os pilares do elevado do modal serão construídos no atual traçado da ferrovia.

Simultaneamente, também serão construídas as estações do VLT. Já os vagões serão feitos na China e a previsão é de que o primeiro deles seja embarcado com destino à Bahia em abril.

Ao saber do fim do trem do subúrbio, quem nunca andou no modal está se mobilizando para fazer um passeio por lá. Nas redes sociais, alguns usuários comentam a vontade de conhecer o local antes da obra. Um deles é o estudante Luís Felipe, 17 anos, que vai pedir para alguém o levar até a ferrovia.

"Tem tempo que eu quero ir. Meu colégio lá nos levar, em 2016, mas o trem quebrou. Agora, quero realizar essa vontade ainda mais por ser suburbano, apesar de morar em Mussurunga atualmente. Tenho a curiosidade para ver o trem que passa perto do mar", conta.

O secretário Nelson Pelegrino aponta que o novo modal vai trazer conforto, segurança e rapidez e que o tempo de espera entre as viagens cairá de uma média de 40 para quatro minutos. O VLT vai ter ar-condicionado e Wi-Fi gratuito. A expectativa do Governo do Estado é de que o desenvolvimento do projeto beneficie diretamente cerca de 600 mil moradores do subúrbio de Salvador.

Atualmente, o trem do Subúrbio transporta, em média, 6 mil passageiros por dia. Com o monotrilho, será possível transportar 172 mil usuários diariamente.

*COM A ORIENTAÇÃO DA SUBCHIEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBÓ.

PRINCIPAIS LINHAS ALTERNATIVAS AO TREM:

1614	Itágara X Mirantes de Periperi Via Brotas;
1607	Barral X Paripe Codica;
1590	Vista Alegre/Alto de Coutos/Estação Piquê;
1633	Ondina X Mirantes de Periperi;
1606-01	Base Naval/Barrasquinha;
1606-00	Paripe X Barrasquinha;
1651	Lago X Base Naval/ Via Estrada Velha;
1637	Mirantes de Periperi - Imbuiz/Boca do Rio;
0706-00	Nordeste - Joanes / Lobato;
1642	Lago X Boa v. Lobato;
1615	Lago X Plataforma;
1568	Barral X Faz. Cautos/vista Alegre;
LTI	Baico Do Fiscal / Lobato - Brásilgas
1567	Vista Alegre - Barral
1608	Paripe X Ribeira
1635	Joanes X Lobato X Rodoviária

ECONOMIA

Presidente do BC defende vacinação em massa

BANCO CENTRAL O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, saiu em defesa da vacinação em massa da população brasileira e destacou o efeito positivo que a medida tem sobre novas infecções pela covid-19 e novas internações hospitalares. A equipe econômica tem ressaltado que a vacinação é necessária para a economia retomar seu curso. A medida também poderia evitar um aumento drástico de gastos para bancar uma nova rodada de auxílio emergencial.

Ao participar de evento promovido pelo Credit Suisse, Campos Neto iniciou sua apresentação mostrando os picos de casos e mortes por covid-19 observados no Reino Unido e nos Estados Unidos, citando novas variantes mais contagiosas do vírus.

O presidente do BC reconheceu que esse recrudescimento da pandemia tende a ter efeitos sobre a economia no primeiro trimes-

●● A capacidade do Brasil de administrar vacinas de forma mais intensa é muito grande. O Brasil já é o 6º se a gente pegar na média móvel de vacinas diárias

Roberto Campos Neto

Presidente do BC



Neto: "Vacinação é necessária para a economia retomar seu curso"

tre do ano. Em seguida, ele mostrou dados sobre a vacinação no mundo, com 68,41 milhões de doses já aplicadas, e os efeitos da imunização em Israel, país já bastante adiantado no processo.

Segundo os dados exibidos por Campos Neto, a partir de 13 dias após a aplicação da primeira dose da vacina em Israel, a média móvel de novas infecções entre os idosos

imunizados, num período de sete dias, caiu drasticamente, de 18,3 para 6,3.

Entre os que não tomaram a vacina, a média continua elevada, na casa dos 18. "Se vacinar rapidamente os mais velhos, a internação vai para perto de zero rapidamente", mencionou.

Com as evidências positivas das vacinas, o presidente do BC demonstrou confiança

no plano de imunização brasileiro, apesar de impasses em importações de doses prontas e de insumos para fabricá-las no país. "A capacidade do Brasil de administrar vacinas é muito grande, o país já é o sexto em vacinas diárias", afirmou.

Roberto Campos disse também que o Brasil teve uma "recuperação impressionante" do crescimento, com uma "acomodação e queda recente", mas ainda em nível acima de antes da pandemia. O fim dos estímulos na virada do ano, porém, pode se tornar um "vento contra", admitiu.

"O Brasil está na mediana para melhor em termos de impacto dos gastos na recuperação", disse durante o evento. Apesar disso, ele ressaltou que o País foi um dos que mais gastaram para combater os efeitos da pandemia e, hoje, tem posição "desfavorável" em termos de dívida, com o indicador de dívida bruta perto de 90% do PIB.

MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO



O litro da gasolina deve pesar ainda mais no bolso dos consumidores de todo o país nos próximos dias

Gasolina e óleo diesel ficam mais caros nas refinarias a partir de hoje

COMBUSTÍVEIS O preço da gasolina da Petrobras vai subir pela segunda vez em menos de dez dias nas refinarias. Segundo a estatal, o reajuste será de 5%, para um preço médio de R\$ 2,08 por litro, a partir de hoje. Na semana passada, a estatal já havia reajustado o combustível em 7,6%, no primeiro reajuste do ano. Além da gasolina, também será reajustado o preço do diesel, em

4,4%, para R\$ 2,12 o litro.

A Petrobras reiterou que seus preços têm como referência a chamada paridade de importação, impactada por fatores como os valores do petróleo e o câmbio, de acordo com comunicado enviado pela assessoria de imprensa.

O repasse dos reajustes nas refinarias aos consumidores finais nos postos não é garantido, e depende de uma série de questões, como

margem da distribuição e revenda, impostos e adição obrigatória de etanol anidro e biodiesel.

"Importante ressaltar também que os preços da gasolina e do diesel vendidos na bomba dos postos revendedores é diferente do valor cobrado nas refinarias pela Petrobras. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos próprios postos revendedores de combustíveis", informa a estatal.

RESERVAS PROVADAS DA PETROBRAS CAEM

ENERGIA A Petrobras concluiu 2020 com reservas provadas de óleo, condensado e gás natural de 8,816 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), segundo critérios da SEC (US Securities and Exchange Commission), uma queda de cerca de 8% ante o ano anterior, informou a petroleira ontem.

Em 2020, foram incorporadas novas reservas em função da aprovação de projetos e do bom desempenho dos reservatórios, com destaque para o pré-sal da Bacia de Santos, resultando em uma apropriação equivalente a 101% da produção do ano, afirmou a companhia.

Esse efeito, no entanto, foi amortecido pelo impacto negativo derivado da redução de 32% do preço do petróleo no ano passado, que é projetado como preço futuro, conforme critérios da SEC.

CUSTO DA CONSTRUÇÃO SOBE 0,93% EM JANEIRO

PESQUISA O Índice Nacional de Custo da Construção-M (INCC-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,93% em janeiro deste ano. A taxa é maior que a de dezembro: 0,88%. Com o resultado, o INCC-M acumula inflação de 9,39% em 12 meses.

A alta de dezembro para janeiro foi puxada pelos aumentos da inflação da mão de obra, que subiu 0,61% em janeiro ante 0,06% em dezembro, e dos serviços, que passou de 0,38% em dezembro para 0,48% em janeiro. Os materiais e equipamentos tiveram queda na de inflação de dezembro (2,08%) para janeiro (1,43%).

Já a confiança da construção voltou a recuar em janeiro. O indicador caiu 1,4 ponto, para 92,5 - próximo ao nível registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia do coronavírus.

TESOURO DIRETO

5,3%

foi o crescimento do estoque de recursos no Tesouro Direto no ano passado em relação a 2019, encerrando o ano em R\$ 62,70 bilhões. Em 2020, entretanto, o total de operações foi de 4,57 milhões, uma média de 381.329 mil operações por mês, uma queda de 17,02%. As emissões somaram R\$ 24,61 bilhões e demonstraram recuo de 20,30%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
PREF. MUN. MATA DE SÃO JOÃO/AVISO Nº 13/2021. ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021. Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de Suas Organizações para atender as demandas da alimentação escolar da rede pública municipal do distrito de Mata de São João/BA e da Escola Rural Rolf Weinberg, durante o ano letivo de 2021, a ser controlada com recurso do PNAEF/ME e Recursos Próprios. Abertura: 15/02/21 às 09h.
PREF. MUN. MATA DE SÃO JOÃO/AVISO Nº 18/2021. Pregão Eletrônico Nº 01/2021 FMS - RP. Aquisição de material médico hospitalar. Abertura: 12/02/2021 às 09h.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS
CNPJ Nº: 13.830.336/0001-23
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
Comunicamos aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2021, cujo objeto é Elaboração de Registro de Preço para futuras aquisições de material de limpeza (desinfetante líquido e outros) para atender as demandas da administração municipal e que havia sido suspenso no dia 25/01/2021, irá acontecer no dia 10/02/2021. Horário: 09h30min. Edital reformulado disponível no site <https://aalio.org.br/br/candela/site/licitacoes>. Maiores informações através de e-mail: copel.pricandela@gmail.com. Telefone para contato: (71) 3601-2725.
Candela/BA, 27 de Janeiro de 2021. Ertan Ramos - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDINA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 002/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/21
O Município de Olinda/BA realizará P.E. -SRP nº02/21, seleção da melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de medicamentos diversos (farmácia básica, hospital, CAPS e PSF) e hospitalares para manutenção da Secretaria de Saúde deste município. O certame será realizado no dia 09/02/21, às 09:30h. Retirada do Edital: site.olinda.ba.gov.br; e-licitações e no setor de licitações de segunda a sexta-feira das 08h às 12h informações tel: (75) 3436-1181. Olinda 26/01/21. Jarde Batista dos Santos - Pregoeiro Oficial.

Prévia da inflação oficial fica em 0,78% em janeiro

CUSTO DE VIDA O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que é uma prévia da inflação oficial do país, ficou em 0,78% em janeiro, conforme divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este foi o maior resultado para um mês de janeiro desde 2016, quando o índice ficou em 0,92%.

Em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,30%, acima dos 4,23% registrados nos 12

meses imediatamente anteriores. Em dezembro de 2020, o IPCA-15 ficou em 1,06%.

A desaceleração do indicador, segundo o IBGE, foi pressionada pela energia elétrica, já que houve redução das contas de luz devido à mudança da bandeira tarifária. Todavia, os preços dos alimentos seguem pressionando a inflação no país.

O maior impacto no IPCA-15 de janeiro partiu do grupo de alimentação e bebidas, embora a alta nos preços deste grupo tenha desacelerado de 2% em dezembro para 1,53% em janeiro. A desaceleração dos preços da alimentação ocorreu principalmente por conta dos alimentos para consumo no

Este foi o maior resultado para um mês de janeiro desde o ano de 2016, quando o índice ficou em 0,92%

domicílio, que passaram de 2,57% em dezembro para 1,73% em janeiro.

As carnes (1,18%), o arroz (2%) e a batata-inglesa (12,34%) apresentaram altas menos intensas na comparação com o mês anterior, quando variaram 5,53%, 4,96% e 17,96%, respectivamente. Já as frutas subiram 5,68%, frente à alta de 3,62% no mês anterior, e contribuíram com o maior impacto (0,06 p.p.) entre os itens pesquisados. No lado das quedas, o destaque foi o recuo nos preços do tomate (-4,14%). Já os alimentos para consumo fora do domicílio seguiram movimento inverso e aceleraram de 0,58% em dezembro para 1,02% em janeiro.

FMI vê nova melhora em projeções para o PIB do Brasil

CRISE O FMI revisou ontem suas estimativas para a economia mundial. Na atualização de seu relatório World Economic Outlook, o fundo estima que a economia global levou um tombo de 3,5% em 2020 - uma melhora em relação à projeção feita em outubro, que via uma queda de

4,4%. Houve uma nova melhora também nas estimativas para o Brasil: o FMI agora vê uma queda de 4,5% no PIB brasileiro do ano passado. Em outubro, a estimativa era de um tombo de 5,8% - já bem menos acentuado que a queda de 9,1% que a entidade projetava para o ano em ju-

nho. Os números oficiais serão divulgados em 3 de março pelo IBGE.

"Apesar do alto e crescente custo humano da pandemia, a atividade econômica parece estar adaptando-se a atividades intensivas de contato moderadas", diz o FMI.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3058	R\$ 5,3158
Dólar Turismo	R\$ 5,36	R\$ 5,41
Euro Turismo	R\$ 6,507	R\$ 6,557

BOLSA

Índice	Pontos	Var.
Ibovespa	116.454,06	

POUPANÇA

27/1/2020	0
-----------	---

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.164,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 m
IPCA/IBGE	1,35%	4,32%	
INPC/IBGE	1,60%	5,45%	
IGP-M/FGV	0,95%	23,94%	

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR

Pesquisa O Índice de Confiança do Consumidor, da Fundação Getúlio Vargas, caiu 2,7 pontos de dezembro de 2020 para janeiro de 2021.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O confuso caso da vacina particular

As empresas que não quiseram participar da compra das vacinas ficaram preocupadas com o preço. Se aceitassem seguir com a ideia, iriam inflacionar o produto, porque ele custa cinco vezes mais do que o valor pelo qual a AstraZeneca está negociando. O outro motivo do racha é que algumas companhias queriam doar integralmente. O objetivo era ajudar o SUS neste momento de crise de suprimento. E existem problemas legais.

Há outras divisões, segundo empresários. A iniciativa corre o risco de ficar governista demais, até porque o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, quer tomar a frente. "O Skaf está totalmente alinhado com o governo, que politizou muito essa questão e nosso interesse era ajudar o Brasil", me disse um deles, falando do seu desconforto.

Ontem, depois que o plano deu sinais de fracasso, Skaf disse que as empresas só comprariam o que não fosse oferecido ao governo. O fato é que existem outros movimentos de empresários agindo de forma mais discreta e com mais interesse público neste momento de crise aguda. O objetivo é ter todos os grupos prioritários vacinados até agosto. Mas gostariam de duas coisas.

"Não queremos entrar na briga política e não queremos passar a ideia de que estamos fazendo isso para proteger apenas nossos funcionários, numa espécie de grande fura-fila. O preço complicou ainda mais porque estaríamos inflacionando a vacina e legitimando intermediários que desconhece-

mos. Além disso, a Europa está tendo problemas para receber essas vacinas", disse um dos executivos cuja empresa saiu do grupo.

Um empresário que participou das discussões disse que foi surpreendido ontem quando o presidente Bolsonaro, antes que houvesse concordância no setor privado sobre o que fazer, tomou partido de um dos lados, exatamente o que queria entregar ao governo apenas metade das doses compradas. Num encontro do Credit Suisse, Bolsonaro anunciou que já havia concordado com essa compra de 33 milhões de doses.

Os empresários quando decidiram se mobilizar para a compra de vacinas tinham esperança de ajudar, como têm feito desde o começo desta pandemia com as suas doações.

Uma parte da elite empresarial está convencida de que o país tem que se proteger como um todo. Outro grupo quer vacinar seus funcionários e contribuir com o governo, doando metade das doses importadas. Está errado esse segundo grupo. Não se salva uma parte da população – no caso trabalhadores do setor formal da

economia – quando está havendo uma tragédia deste tamanho. A única atitude coerente seria adquirir para doar. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse em dezembro que não poderia haver "vacinação paralela" no país, mas o governo avisa que enviou carta à AstraZeneca liberando a compra. Já a farmacêutica nega estar negociando com companhias brasileiras.

Do ponto de vista legal, a compra pelas empresas é controversa. Daniel Wang, professor de Direito do Ibm/FGV e especialista em direito da saúde, diz que a vacina emergencial é regulada por uma Resolução de Diretoria Colegiada da Anvisa e que a preferência é do governo federal. Dessa forma, não haveria proibição se o governo abrisse mão da compra. Mas admite que o tema poderia ser judicializado. O epidemiologista José Cássio de Moraes, professor da faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, entende que se a vacina é aprovada apenas para uso emergencial ela tem que ser destinada ao setor público, especialmente em contexto de escassez de doses

de por outros países que financiam as pesquisas e agora correm o risco de sofrer atraso na entrega das doses, como acontece na Europa", afirmou.

Esse capítulo do setor privado na compra de vacinas é apenas um no meio de uma grande confusão feita por Bolsonaro gestão da trágica crise que infecta o Brasil. O presidente República subestimou a pandemia, sabotou os esforços de vacina, nomeou um ministro Saúde para lhe bater continência. O general Pazuello deve ter sua gestão investigada, e o presidente é o primeiro responsável por todos os erros do governo que elevaram o número de mortes de brasileiros.

BANCO BOCOM BSM S.A.
CNPJ Nº 15.114.360/0001-60
NIRE Nº 23.3.000.1103.7
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os Senhores Acionistas do Banco BOCOM BSM S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu estatuto social, para que compareçam à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada de forma exclusivamente digital, no dia 10 de fevereiro de 2021, às 15h00 por meio da plataforma digital Zoom, cujo acesso será instruído e disponibilizado na página <https://digital.prestao-i.com/Banco-BOCOM-BSM>, nos termos da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e fim de deliberar sobre e seguir em: (a) alteração do estatuto social para (a) ampliar a composição do conselho de administração para 6 (seis) membros; (b) aumentar o quórum exigido para a instalação dos reuniões do conselho de administração para 3 (três) acionistas; e (c) alterar o objeto social; e (ii) a eleição de membros e cargos vagos do Conselho de Administração da Companhia. O material pertinente às deliberações contido no Edital será disponibilizado na página <https://digital.prestao-i.com/Banco-BOCOM-BSM>, rede mundial de computadores. Os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia e fazer mediante situação remota e deverão enviar solicitação prévia para participação até (quarenta e oito) horas antes do dia e horário da Assembleia, por meio de e-mail para o endereço controle.societario@bocombsm.com.br, o qual deve ser acompanhado de cópia eletrônica da seguinte documentação, conforme o caso: (i) documento de identificação com foto e CPF/CNPJ do acionista; (ii) documento de identificação com foto e CPF/CNPJ do representante legal do acionista ou de procurador devidamente constituído; (iii) instrumento de mandato por meio do qual o acionista outorga poderes de representação ao procurador; (iv) contrato do estatuto social consolidado e atualizado; (v) ata de eleição dos administradores. Serão admitidas à Assembleia os acionistas e representantes que apresentarem os documentos de identificação e representação em até 30 minutos antes do início dos trabalhos, conforme item 2, VIII, da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81. Informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia serão divulgadas na página <https://digital.prestao-i.com/Banco-BOCOM-BSM> na rede mundial de computadores. Toma-se sem efeito a convocação publicada pela Companhia Diário Oficial da Bahia em 23.01.2021.

Salvador, 26 de janeiro de 2021.
Presidente do Conselho de Administração
BANCO BOCOM BSM S.A.

CAUJUBIM/FOFOTARENA/ESTADÃO CONTRAIO



Primeira vacina a ser usada no Brasil, a Coronavac terá mais doses liberadas com insumos

Anvisa diz ao STF que falta aval para liberar Sputnik V

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) defendeu, em documento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que não é possível liberar o uso da vacina Sputnik V sem o aval de técnicos do órgão - como pediu o governo da Bahia.

Para a agência, a liberação das doses com base apenas em análises de outros países ou órgãos internacionais representaria a perda da soberania nacional e um risco a direitos da saúde e à vida dos brasileiros. O posicionamento foi enviado ao STF na última sexta-feira, segundo a Anvisa, em resposta a uma determinação do ministro Ricardo Lewandowski - reitor da ação que pede a liberação do imunizante russo.

O governo da Bahia pede que o Supremo autorize a importação e a distribuição das vacinas que já tenham o aval de autoridades sanitárias estrangeiras e a certificação da Organização Panamericana de Saúde (Opas). Não há prazo para que Lewandowski avalie o pedido. A Sputnik V já foi aprovada para uso emergencial em países como Argentina, Bolívia, Venezuela e Paraguai.

Para a agência, a liberação das doses com base apenas em análises de outros países ou órgãos internacionais representaria a perda da soberania nacional e um risco a direitos da saúde e à vida dos brasileiros

Insumos para vacina já estão a caminho

Covid Os 5,4 mil litros do produto devem chegar no Brasil daqui a uma semana

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O governador de São Paulo João Doria (PSDB) confirmou ontem a entrega de 5,4 mil litros de insumos para a Coronavac, vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Sinovac e produzida no país pelo Instituto Butantan. A previsão de entrega é na próxima quarta, dia 3, e equivale a 8,6 milhões de doses. Mais cedo, ele se reuniu virtualmente com Yang Wanming, embaixador da China no Brasil, que participou virtualmente da coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes.

Dimas Covas, diretor do Butantan, afirmou que além dos 5,4 mil litros de insumos, outros 5,6 mil já estariam "em processo antecipado" de liberação. "Com esses dois lotes, regularizaremos as nossas entregas ao Ministério [da Saúde]", afirmou, dizendo que entregaria 40 milhões de doses da Coronavac ao governo federal até abril, com possibilidade de fornecimento para outras 54 milhões de doses.

De acordo com Covas, as doses que já estão prontas co-

meçarão a ser liberadas para o Ministério da Saúde nessa sexta-feira. Os 5,4 mil litros que chegarão na próxima semana serão liberados 20 dias após a entrega dos insumos.

Na véspera, Doria e o presidente da República, Jair Bolsonaro, se desentenderam sobre quem teria sido o responsável pela liberação dos insumos. Momentos após o presidente ter anunciado a chegada de insumos "para os próximos dias", agradecendo o "empenho" dos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Eduardo Pazuello (Saúde) e Tereza Cristina (Agricultura), o governador de SP negou que eles sejam responsáveis pela conquista.

"Todo o processo de negociação com o governo chinês para a liberação de 5.400 litros de insumo para a vacina do Butantan foi realizado pelo Instituto e pelo governo de São Paulo, que vem negociando com os chineses a importação de vacinas e insumos desde maio do ano passado", garantiu Doria.

Ontem, Pazuello, enviou uma carta ao embaixador da China no Brasil, agradecendo pela liberação dos insumos.

Em seu pronunciamento no período da manhã de on-

tem, Wanming afirmou que a China mantém tradicionalmente uma relação amistosa com o Brasil e que a liberação dos insumos demorou "por questões técnicas e não políticas". "Os avanços significativos da cooperação entre a Sinovac e o Instituto Butantan evidenciam a atitude científica e rigorosa dos pesquisadores científicos de ambos os países", frisou.

ENTREGA

Os 40 milhões citados por Doria são o valor aproximado de doses da Coronavac que o Butantan ainda precisa entregar ao governo federal. O total da compra foi de 46 milhões, que devem ser entregues até o final de abril. O primeiro lote com os imunizantes importados da China foi enviado no dia 18, após a Anvisa ter aprovado seu uso emergencial.

O segundo lote da Coronavac, com outras 4,1 milhões de doses, foi aprovado dois dias depois. Desse, 900 mil já foram entregues na semana passada e outros 3,2 milhões ainda precisam passar pela inspeção de controle de qualidade.

Ao todo, o Butantan já tem 10,1 milhões de vacinas prontas para entregar.

AstraZeneca não tem vacina disponível ao mercado privado

A AstraZeneca afirmou ontem que não tem doses disponíveis de vacina contra a covid-19 para o mercado privado. O posicionamento da farmacêutica ocorre no momento em que empresas brasileiras articulam a compra do produto.

Mais cedo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou ser favorável à aquisição pelo mercado privado, desde que parte das doses seja repassada à rede pública do SUS e que não haja custos para o governo.

"No momento, todas as doses da vacina estão disponíveis por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais ao redor do mundo, incluindo da Covax Facility, não sendo possível disponibilizar vacinas para o mercado privado", afirma a AstraZeneca em nota.

A empresa disse ainda que, "como parte do acordo com a Fiocruz", mais de 100 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca estarão disponíveis no Brasil, em parceria com o governo federal. Além destas doses, a Fiocruz espera produzir mais 110 milhões de unidades do produto no segundo semestre.

A empresa disse ainda que, "como parte do acordo com a Fiocruz", mais de 100 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca estarão disponíveis no Brasil, em parceria com o governo federal

Veículo: Bocão News	Política
Data: 26/01/2021	



POLÍTICA

Aumento do diesel eleva 'insatisfação' de caminhoneiros, mas governo ainda não vê risco de greve



26 de Janeiro de 2021 às

21:43 Por: Arquivo/ Agência Brasil Por: Folhapress

A CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos), que até a semana passada minimizava as chances de uma greve nacional de caminhoneiros, mudou de tom nesta terça-feira (26) após a Petrobras aumentar o

preço médio do diesel nas refinarias em 4,4%, na primeira alta do combustível fóssil em quase um mês.

Se antes a entidade apontava o movimento grevista previsto por alguns grupos para 1º de fevereiro como algo com poucas chances de acontecer, agora fala em aumento da insatisfação dos condutores de caminhões. Para elevar ainda mais a temperatura, os petroleiros resolveram aderir à eventual paralisação da próxima semana.

O governo, porém, insiste que o movimento não tem adesão. Um interlocutor do Executivo disse, sob condição de anonimato, que a categoria não está mobilizada e que a safra está aquecida até meados de abril/maio, o que diminui as chances de caminhoneiros pararem.

Além disso, pondera que, ao contrário de 2018, quando houve uma longa paralisação por todo o país, não há adesão das grandes transportadoras nem de setores do agronegócio.

A mudança de tom da CNTA veio junto com o anúncio da Petrobras. Com o reajuste nos combustíveis, o diesel passará a ser vendido às distribuidoras de combustíveis pela petroleira pelo preço médio de R\$ 2,12 por litro.

Marlon Maues, assessor-executivo da CNTA, disse à reportagem que vinha acompanhando as tratativas do governo junto a Petrobras e que a sugestão da entidade era que não houvesse alterações no preço do combustível "no maior tempo possível".

De acordo com Maues, a informação vinda do governo até sexta-feira (22) era de que não haveria reajuste no preço do diesel.

Diante do aumento, representantes da categoria veem aumento nas chances de uma paralisação já que o diesel representa entre 40% e 50% do custo de um caminhão e o reajuste não é compensado no valor do frete.

"Fica com um sentimento de traição", disse o representante da CNTA. Embora pondere entender que este não é o momento ideal para greve por questões como a pandemia de Covid-19 e a situação econômica do país, ele relata que a categoria não recebeu nada bem o aumento do custo para abastecer os caminhões.

"Realmente, aumentou a insatisfação, não tenha dúvida. Foi um movimento desnecessário [o de aumento do preço do diesel]. Não defendendo A ou B, mas já existia uma conversa alinhada de que isso não poderia acontecer", afirmou.

Na semana passada, o governo anunciou uma série de medidas para tentar conter os ânimos dos caminhoneiros. Conforme o jornal Folha de S.Paulo antecipou, o governo incluiu a categoria no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

Além disso, em sua live de quinta-feira passada (21), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) anunciaram uma série de promessas.

Foram relatadas medidas com isenção de tarifa de importação para pneus, revisão da norma de pesagem para que onere menos o caminhoneiro, eliminação de atravessadores, facilitação do recebimento do vale-pedágio e substituição de vários documentos por um único, eletrônico, que permitirá transações por Pix.

A CNTA disse ter sido informada de que o Ministério da Economia neutralizaria o efeito do aumento do diesel nas bombas através da redução do PIS/Cofins. A pasta,

no entanto, não havia confirmado esta informação até a publicação desta reportagem.

A Federação Única dos Petroleiros informou na noite de terça que ela e seus sindicatos vão apoiar a paralisação dos caminhoneiros na segunda-feira.

" O apoio dos petroleiros terá ações localizadas em todo o país, unindo o protesto com solidariedade pelo momento difícil em que o Brasil se encontra, com altas taxas de desemprego e perda de renda", disse a federação.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura disse reforçar a "necessidade de entender o caráter difuso e fragmentado de representatividade do setor, seja regionalmente, seja pelo tipo de carga transportada, antes de divulgar qualquer informação referente à categoria".

A pasta afirmou que "nenhuma associação isolada pode reivindicar para si falar em nome do transportador rodoviário de cargas autônomo e incorrer neste tipo de conclusão compromete qualquer divulgação fidedigna dos fatos referentes à categoria".

O ministério disse ainda que tem agenda permanente de diálogo com as principais entidades que representam a categoria.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/01/2021	



GASOLINA SOFRE 2º AUMENTO DO ANO A PARTIR DE HOJE



admin 27 Janeiro, 2021

Depois da disparada de 7,6% em 18 de janeiro, a gasolina terá novo aumento. De acordo com a Petrobras, a partir de hoje, o preço médio passa a ser de R\$ 2,08, com reajuste de 5,05%, nas refinarias, uma alta de R\$ 0,10 por litro.

O diesel também terá aumento: o avanço no preço médio é de R\$ 0,09, com a alta de 4,4%, passando para R\$ 2,12 nas refinarias. O reajuste, em menos de um mês, ocorre em meio às especulações de que os caminhoneiros podem iniciar uma greve no país em fevereiro.

A estatal ressaltou, em nota, que os preços da gasolina e do diesel vendidos na bomba dos postos revendedores é diferente do valor cobrado nas refinarias. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos próprios postos revendedores de combustíveis.

De acordo com Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o aumento anunciado pela estatal nas refinarias está aquém do necessário, prejudicando a concorrência. Para a associação, o reajuste deveria ocorrer com mais intensidade, de R\$ 0,34 no diesel e de R\$ 0,2310 na gasolina.

No dia 29 de dezembro, após novo reajuste, o preço médio gasolina para as distribuidoras era R\$ 1,84. Em 2020, a estatal promoveu 41 reajustes para a gasolina, dos quais 20 para cima e outros 21, para baixo. No diesel, foram 32 alterações, com 17 elevações e 15 reduções. (Extra)

Foto: Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/01/2021	



BOLSONARO MUDA E AGORA DEFENDE IMUNIZAÇÃO EM PROL DA ECONOMIA



admin 27 Janeiro, 2021

Após ter dado diversas declarações questionando a eficácia, a segurança e a obrigatoriedade de imunizantes contra a Covid-19 e ter dito que o Ministério da Saúde não compraria a Coronavac, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta terça-feira, 26, que sempre disse que uma vacina seria adquirida pelo governo federal após aprovação pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e se vangloriou da quantidade de pessoas já vacinadas no país. “Sempre disse que qualquer vacina, uma vez aprovada pela Anvisa, seria comprada pelo governo federal. No ano passado assinamos em dezembro uma Medida Provisória destinando um crédito de R\$ 20 bilhões para as vacinações e elas agora são uma realidade para nós”, declarou Bolsonaro em um evento do banco Credit Suisse.

Ele disse também que o Brasil é o sexto que “mais vacinou no mundo”. “Já somos o sexto país que mais vacinou no mundo. Brevemente estaremos nos primeiros lugares, para dar mais conforto à população e segurança a todos, de modo que a nossa economia não deixe de funcionar”. Bolsonaro tem um histórico de manifestações contrários à Coronavac, vacina desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, ligado ao governo paulista. Usado como trunfo político do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), o imunizante é o que está disponível em maior quantidade hoje no Brasil.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/01/2021	



BOLSONARO REAFIRMA COMPROMISSO COM TETO DE GASTOS



admin 27 Janeiro, 2021

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) declarou nesta terça-feira (26) que o governo tem compromisso com o teto de gastos e descartou que medidas anticrise se tornem permanentes. As falas do mandatário ocorrem em meio à pressão pela renovação do auxílio emergencial, benefício criado para reduzir os impactos da crise da Covid-19 sobre a população que perdeu renda na pandemia. “No âmbito fiscal, manteremos firme o compromisso com a regra do teto de despesas como âncora da sustentabilidade e credibilidade econômica”, disse o presidente em uma videoconferência promovida pelo banco Credit Suisse.

“Não vamos deixar que medidas temporárias relacionadas com a crise se tornem compromissos permanente de despesas”, afirmou. A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) busca responder à pressão pela renovação do auxílio com alguma medida social que fique dentro do Orçamento -sem a necessidade de criar um mecanismo excepcional pelo segundo ano consecutivo- e preservando o teto, regra que limita o crescimento das despesas públicas. Com o avanço da pandemia e o fim do pagamento do auxílio no final do ano passado (saques residuais estão sendo feitos até o final de janeiro), parlamentares passaram a defender a extensão do benefício mesmo que o teto seja desrespeitado.

Essa tese foi defendida inclusive por Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato à presidência do Senado apoiado por Bolsonaro. Já a avaliação da equipe econômica é que o rompimento da âncora fiscal passaria uma mensagem de descompromisso com a responsabilidade fiscal após um período em que o governo realizou gastos bilionários para reduzir os impactos da pandemia.

Na videoconferência desta terça, Bolsonaro também defendeu a carteira de concessões e privatizações encampada por seu governo.

“Pretendemos acelerar os leilões de concessões e privatizações, em especial no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, o PPI, que tem uma carteira de projetos estratégicos de longo prazo, baixo risco e com taxas de retorno atraentes e estáveis”, disse Bolsonaro. “Em 2021 vamos acelerar o calendário de privatizações e dar continuidade às medidas de aperfeiçoamento no ambiente de negócios”, afirmou. Ele defendeu medidas adotadas durante a crise da Covid. “Apesar da Covid, nosso governo manteve compromisso com os empreendedores, investidores e empregados. Conseguimos preservar milhões de postos de trabalho em plena pandemia e garantimos as cadeias de abastecimento no país.”

Bolsonaro disse ainda que o governo “entende os problemas estruturais” pelos quais a indústria passa no Brasil e no mundo. “Estamos empenhados em realizar mudanças neste setor”, declarou. A declaração do mandatário após a Ford ter anunciado o fechamento de suas fábricas no país.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/01/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 27 de Janeiro de 2021 - 09:23

Com dificuldade para comprar Sputnik V, Rui avalia adquirir outra vacina chinesa para Bahia

por Bruno Luiz



O governador da Bahia, Rui Costa, afirmou nesta quarta-feira (27) que estuda adquirir a vacina contra Covid-19 produzida pelo laboratório estatal chinês Sinopharm. A medida surge como opção diante das dificuldades do estado de comprar a Sputnik V, imunizante produzido pelo governo russo, que não recebeu aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso no Brasil ([relembre aqui](#)). Devido à negativa, a Bahia ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para obrigar o órgão a analisar e autorizar a distribuição da vacina (entenda [aqui](#) e [aqui](#)).

Caso consiga acordo com a Sinopharm, o Brasil teria duas vacinas chinesas em aplicação no país. Produzida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, a Coronavac foi o primeiro imunizante a ser usado em campanha de vacinação em massa contra Covid-19 em solo brasileiro.

"A Coronavac tem apenas autorização emergencial, tanto na China quanto no Brasil. A outra tem autorização de uso definitivo pela agência reguladora chinesa. Mandeí ofício para o laboratório para saber se há disponibilidade de doses, tanto para a Bahia quanto para o Brasil", revelou Rui, em entrevista ao "Isso é Bahia", programa da rádio A TARDE FM em parceria com o Bahia Notícias.

Ao falar sobre a Sinopharm, o governador voltou a criticar a Anvisa pelos procedimentos para aprovar uma vacina no Brasil. "Se o laboratório responder que tem doses, a Anvisa não vai aprovar porque não passou nos testes no Brasil, sendo que ela já foi aprovada em larga escala na China. Ou seja, a Anvisa vai ter aprovado a vacina que só teve autorização emergencial na China [a Coronavac], mas não vai ter aprovado a que teve autorização definitiva", ironizou.

O petista disse também que a Sinopharm desistiu de testar sua vacina no Brasil por causa da burocracia imposta pela Anvisa. "O que eles disseram, em conversas informais, é 'Olha, não vamos insistir em fazer no Brasil quando a postura é de protelar, colocar dificuldades.' Quem quer fazer procura uma forma. Quem não quer fazer, procura uma desculpa", criticou.

Rui não descartou a possibilidade de governadores se reunirem para adquirir, em conjunto, vacinas contra Covid-19, caso o governo federal não compre quantidade de doses suficiente para distribuição no país.

“Nossa posição é muito clara, assim como a de outros governadores. O Brasil, historicamente, é reconhecido pela sua tradição em campanhas de vacinação. No meu entender, não devemos mudar aquilo que tem cem anos no Brasil, que a política de vacinação é coordenada, executada a partir de planejamento do governo federal. Apesar desse governo, que na minha opinião, é o pior da história de qualquer época, acho que não devemos mudar isso”, afirmou.

“Se necessário for, se o governo federal não fizer aquisição, por qualquer razão, nós admitimos, sim, eventualmente, fazer compras diretas do laboratório fabricante da vacina. Não compraremos de qualquer intermediário. Espero que isso não seja necessário”, enfatizou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/01/2021	Caderno: Notícias



Terça, 26 de Janeiro de 2021 - 16:20

Guedes diz que só prorroga auxílio emergencial se puder congelar verbas da Educação



O ministro da Economia, Paulo Guedes, atrelou a volta do auxílio emergencial, concedido à população mais vulnerável no decorrer de 2020, ao fim do que chamou de "aumento automático" para as áreas de Educação e Segurança, além dos salários dos servidores públicos. A afirmação foi feita na manhã desta terça-feira (26), ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), conforme informações do jornal O Globo.

"Não pode ficar gritando guerra toda hora. Nós temos que ter muito cuidado. Quer criar o auxílio emergencial de novo, tem que ter muito cuidado, pensa bastante. Porque se fizer isso não pode ter aumento automático de verbas para educação, para segurança pública, porque a prioridade passou a ser absoluta [para o auxílio]", disse Guedes, durante evento virtual com investidores internacionais.

No mesmo evento, Bolsonaro também defendeu a manutenção do teto de gastos e voltou a indicar que não prorrogará o auxílio emergencial. Na véspera, o presidente disse que o benefício não era "duradouro", nem "vitalício" e que não deveria ser visto como aposentadoria.

Em 2020, para fazer frente aos gastos com a pandemia, o Congresso aprovou o Estado de Calamidade Pública e o Orçamento de Guerra, que permitiram conceder o auxílio emergencial de R\$ 600 e depois prorrogá-lo por R\$ 300. Essas medidas se encerraram em dezembro.

"Pega os episódios de guerra aí e vê se teve aumento de salário durante a guerra, vê se teve dinheiro para saúde, educação. Não tem. Aqui é a mesma coisa. Se apertar o botão ali, vai ter que travar o resto todo", comparou Guedes.

Essa não é a primeira vez que o ministro ou integrantes de sua equipe sugerem cortar gastos para ampliar o gasto com programas sociais. No ano passado, durante as negociações para a criação do chamado Renda Brasil, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, concedeu entrevistas nas quais defendeu congelar aposentadorias para criar o benefício sem desrespeitar regras fiscais.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/01/2021	



Governo da Bahia institui grupos de coordenação e de trabalho para revisar indicadores do PPA

26 janeiro 2021



Foto: Arquivo/Seplan

O Governo do Estado instituiu, por meio de portaria publicada no Diário Oficial desta terça-feira (26), o Grupo de Coordenação (GC) e o Grupo de Trabalho (GT) a serem integrados por unidades da Secretaria do Planejamento (Seplan) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para a coordenação e realização do processo de revisão dos indicadores do PPA 2020-2023. Os grupos deverão apresentar, no prazo de até 180 dias, a conclusão dos seus trabalhos ao Gabinete do secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

O PPA tem como premissa básica priorizar as ações de governo que promovam o desenvolvimento regional com geração de renda e emprego para a população. O GC tem a finalidade de coordenar o processo de revisão dos indicadores do PPA 2020-2023 e será composto pelo superintendente de Planejamento Estratégico, Ranieri Muricy Barreto, que será o coordenador-geral, pela superintendente de Monitoramento e Avaliação, Maria Lúcia Cunha de Carvalho, e pela diretora-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Jorgete Oliveira Gomes da Costa.

O Grupo de Trabalho tem a finalidade de desenvolver atividades técnicas no processo de revisão dos indicadores do PPA 2020-2023. Como coordenadora dos processos de elaboração e revisão dos indicadores, cabe à Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) verificar a aderência dos indicadores revistos, com a base estratégica do PPA 2020-2023 e com as ementas e compromissos dos programas, garantir a observância dos critérios previstos nos manuais de processo de elaboração e revisão do PPA 2020-2023, elaborar a metodologia para revisão dos Indicadores dos Programas definidos para o PPA 2020-2023, promover as articulações necessárias com as secretarias e órgãos da administração direta e indireta responsáveis pelos compromissos e programas, assim como pelas políticas públicas estaduais, além de acompanhar o andamento das etapas e atividades do projeto de revisão por meio do seu cronograma.

Como responsável pela proposição dos indicadores, cabe à SEI propor a revisão dos indicadores de programa e, quando couber, a elaboração de novos, que serão aprovados pelas Secretarias ou órgãos de governo e validados pela Seplan; verificar a existência de bases de dados confiáveis e consolidadas que possam subsidiar a definição dos indicadores dos Programas, com base em suas ementas e nos objetivos descritos em seus compromissos, considerando as necessárias desagregações e periodicidade, sejam elas

oficiais ou produzidas no âmbito das Secretarias ou órgãos de governo; apoiar tecnicamente, se necessário, as Secretarias ou órgãos do governo na construção de bancos de dados que deem suporte à elaboração dos indicadores dos Programas; garantir a adequação metodológica dos indicadores, sua consistência e os requisitos necessários para sua revisão e sua vinculação aos objetivos dos programas.

Como coordenadora do processo de avaliação do PPA, cabe à Superintendência de Monitoramento e Avaliação (SMA), por meio da Diretoria de Avaliação (DAV), verificar o atendimento dos requisitos de um indicador de programa de PPA, contribuir com a elaboração dos indicadores, verificar a aderência dos indicadores revistos com as necessidades do processo de avaliação do PPA e atestar a função do indicador na avaliação do programa, buscando os seus resultados.

São conjuntamente responsáveis pela estruturação, planejamento e implementação das ações de Revisão dos Indicadores, a SPE, a SMA e a SEI, cabendo-lhes revisar os indicadores de programa e, conforme a necessidade, definir novos indicadores, em articulação com as secretarias e órgãos da administração direta e indireta, considerando as ementas e conjunto de compromissos aprovados; analisar, emitir parecer solicitando ajustes e aprovar a proposta de Revisão dos Indicadores encaminhados pelas secretarias e órgãos da administração direta e indireta responsáveis pelos compromissos e programas no Sistema de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado (Fiplan).

O GT será constituído por Mirtes Cavalcante de Aquino, Natã Silva Vieira, Cristiane Soares Ferreira, Rafaela Evangelista Campos, Andréa Pereira da Silva, Luiz Carlos Santana Filho e Patricia Chame Dias, representando a SPE; Lenaldo Azevedo dos Santos e Ligia Alvares Mata Virgem, representando a SMA; Armando Affonso de Castro Neto e Antônio Marcos Barreto (Diretoria de Indicadores e Estatística – Distat); Jonatas Silva do Espírito Santo e Guillermo Javier Pedreira Etkin (Diretoria de Pesquisas – Dipeq), representando a SEI.

Fonte: Ascom/Seplan

Veículo: Política Livre	
Data: 27.01.2021	Caderno: Economia



27 de janeiro de 2021 | 09:53

Sem a Sputnik V, Governo da Bahia busca novas alternativas de vacina contra a Covid-19

BAHIA

Em entrevistas à imprensa na manhã desta quarta-feira (27), o governador Rui Costa comentou a busca para conseguir novas vacinas e imunizar a população baiana contra a Covid-19. “Se depender do Estado da Bahia, teremos outras vacinas disponíveis. Estamos buscando alternativas para vacinarmos os baianos o mais rápido possível. Ontem entramos em contato com o fabricante de uma outra vacina chinesa, a Sinovac, a fim de saber da disponibilidade para a compra. Essa é uma vacina que já concluiu os estudos e recebeu a aprovação definitiva para uso do órgão regulador chinês e está num estágio ainda mais avançando que a Coronovac, já aplicada no Brasil”, explicou.

Rui criticou a postura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao criar dificuldades para o uso da vacina russa Sputnik V sem o aval de técnicos do órgão – como pediu o governo da Bahia em documento ao Supremo Tribunal Federal (STF). “Eu não consigo entender essa insensibilidade com a vida humana da direção da Anvisa. Isso revolta a todos nós, porque estamos presenciando o sofrimento de pais, mães e filhos perdendo seus entes queridos que não conseguem entender tamanha insensibilidade de uma agência que deveria cuidar da vida humana.

O governador lembrou o incidente acontecido em março de 2020, quando a Anvisa barrou uma ação de medição de temperatura que seria realizada em passageiros vindos de São Paulo e Rio de Janeiro no Aeroporto Internacional de Salvador. “É um fato que demonstra como tem sido a postura da agência durante a pandemia, de

pouco valor e respeito à vida humana, numa posição muito mais corporativa do que preocupada com a vida das pessoas”.

Volta às aulas

O governador reiterou o desejo de anunciar a volta às aulas, mas ponderou que ainda não é o momento. “Eu tenho duas filhas em idade escolar e tenho total consciência dos efeitos colaterais danosos à educação e à sociabilidade de nossa juventude o fato de não estar tendo aulas. Meu desejo é que possamos retornar o mais rápido possível, mas precisamos aguardar o momento correto. Desde novembro temos vivido um aumento no número de casos e de óbitos na Bahia. Para pensarmos numa data de retorno gradativo, precisamos ter esses números sob controle e num processo de queda. Estaríamos colocando a vida de nossas crianças, pais e avós em risco”.

Economia

Rui falou também sobre as perspectivas de enfrentamento da crise econômica causada pelos efeitos da pandemia na Bahia em 2021. “Esse será um ano ainda mais difícil que o de 2020. Com o agravamento da crise econômica e o fechamento de empresas, como temos visto em todo o país, teremos menos arrecadação e mais dificuldades. Mas quero dizer aos baianos que nós estamos preparados. Desde o ano passado, já tínhamos a concepção que esse ano seria mais apertado e conseguimos melhorar nossa performance financeira do ponto de vista de equilíbrio das contas e viramos o ano com uma nota melhor da avaliação do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Vamos continuar lutando”.

Carnaval

O governador comentou ainda a decisão conjunta do Governo do Estado e da Prefeitura de Salvador, anunciada na terça-feira (26), de que não haverá ponto facultativo nas datas em que seria comemorado o Carnaval deste ano. “Como obviamente não teremos festas e eventos por conta da pandemia, não teremos esses dias de folga. Nosso objetivo é evitar aglomerações, viagens e festas, ferry-boats e ônibus cheios, viagens para o interior lotando lugares de praia, para impedir uma explosão ainda maior no número de casos”, destacou.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados sob assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Caixa registradora da pandemia

Houve poucos ganhos para o SUS e significativo incremento do setor privado

Ligia Bahia

Doutora em saúde pública, é professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Em qualquer contabilidade da pandemia de Covid-19 predominam registros com sinal negativo. Vidas, declínio econômico e instabilidade política são perdas. Na coluna dos ganhos globais ficam a expansão da saúde pública e da pesquisa, o desenvolvimento acelerado de testes e vacinas e os negócios de determinados grupos empresariais.

Os saídos mais favoráveis, gerados pelos investimentos na saúde e no apoio à preservação de empregos e empresas, expressam-se no planejamento e no início da vacinação contra o novo coronavírus. Até os países que recusaram a adoção de estratégias de isolamento social se organizaram para assegurar a imunização. Portanto, um cálculo realista do sobe e desce inclui os resultados sanitários e financeiros.

Considerando as respostas em termos de saúde e retomada da economia, delineiam-se três situações: taxas baixas de casos e óbitos, recuperação da economia e crescimento da saúde pública; número elevado de mortes, conglomerados empresariais com lucros turbinados, socorro governamental a negócios falimentares e preservação de interações entre as ciências biomédicas com indústrias setoriais; e ampliação moderada de sistemas universais de saúde com altas taxas de mortalidade e declínio econômico.

O Brasil se situa em uma categoria intermediária, a do "perde, perde". A resposta nacional à pandemia tem sido péssima. Houve poucos ganhos para o SUS e significativo incremento do setor privado.

Manaus, cidade que se tornou sede de dramas ambientais, étnicos e sanitários, teve aumento do número de leitos de CTI públicos relativamente menor do que a oferta privada. Em fevereiro de 2020, antes da pandemia, havia 248 leitos de terapia intensiva SUS e 185 privados; em

dezembro, a rede pública dispunha de 780, e que atende a clientes de planos de saúde, 595.

Apesar da nítida carência de recursos assistenciais para a maioria da população, entre março e julho o município continuou a reservar metade dos recursos para assistência a pacientes muito graves à parcela de 24,1% que têm planos de saúde.

Constatar a falta de suprimentos estratégicos não alterou o fluxo e a magnitude das entradas e saídas. O raiu caiu pela segunda vez no mesmo lugar, e o cômputo para a capital do Amazonas é inequívoco: menos vidas, mais dividendos e desigualdades.

No âmbito nacional, a escalada de grandes empresas de planos de saúde e farmácias e drogarias é exuberante. Uma das heranças da pandemia é o fortalecimento desses setores. Abertura de créditos e empréstimos, facilidades para atração de investidores internacionais, aumento de preços das mensalidades de planos e redução de procedimentos eletivos — ou mesmo a venda de medicamentos isentos de prescrição relacionada à pandemia, como álcool em gel —, impulsionaram transações, incluindo a abertura de ações, fusões e aquisições.

A prosperidade do setor privado de saúde terminou por contaminar até as cadeias prejudicadas em função da queda de atendimentos eletivos. Empresas de diagnóstico, que inicialmente tiveram desempenhos negativos, reergueram-se com os testes rápidos e moleculares, realizados presencialmente ou em domicílio, financiados quase sempre diretamente pelos consumidores.

Temos superávits e déficits simultaneamente, uma equação que estimula o encontro de um culpado, seja ele o prefeito, o governador, o presidente, o capitalismo. Autoridades públicas omissas, charlatões e negligentes são responsáveis por deficiências na oferta de recursos para a saúde. Mas não as únicas. O equilíbrio democrático inclui, além do 'fora, responsáveis pela tragédia sanitária', o 'fora, isenções e estímulos fiscais', o 'fora, divulgação sistemática e consentida de ilusões sobre a privatização' e o 'fora, portas giratórias'

Mercados pujantes não são o mesmo que economias socialmente desenvolvidas. Preço alto de ações de empresas não garante direito à saúde e à infraestrutura de ciência e tecnologia para assegurar o fornecimento de oxigênio e vacinas.

Está aí a fotografia dos conspiradores que trabalham em causa própria com objetivos nada republicanos ou democratas. Hoje estão juntos e misturados: Rodrigo Maia, Baleia Rossi e PT.

Filipe André Valencio Alves dos Santos (São Paulo, SP)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)



O governador João Dória e os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (ao lado), Michel Temer e José Sarney (no vídeo) Bruno Santos/Folhapress

Imagem

Genial a foto de João Dória com os ex-presidentes (capa da Folha, 26/1). Nela, parece que Michel Temer tomou a vacina da concorrente americana, pois o mesmo, recordando seu linguajar machadiano, está lépido, fagueiro e faceliro, dado a pantomimas pândegas e traquinagens.

José Roberto Machado (São Paulo, SP)

Lamentável a foto da capa da Folha, que traz três ex-presidentes da República e o governador de São Paulo. A perspectiva da foto, ao colocar Dória como vítima de uma antiga gaiteira de colegiais, ressalva no uso de "piadinha" homofóbica. Da tradição e seriedade da Folha se espera algo melhor.

Jonas Nunes dos Santos (Juiz de Fora, MG)

Minha história

"Em capítulo inédito de livro, Eduardo Cunha responsabiliza Temer, Maia e Baleia Rossi por impeachment de Dilma" (Mônica Bergamo, 26/1). Cunha empenhado em eleger Lira para presidência da Câmara, pelo visto, Baleia Rossi, Maia e cia, não são flor que se cheire. Mas uma batalha por vez. E como escreve mal esse Cunha. Não dava pra fazer como o Mandetta e arranjar um "ghost writer"?

Rodrigo Dornelles (Porto Alegre, RS)

Está aí a fotografia dos conspiradores que trabalham em causa própria com objetivos nada republicanos ou democratas. Hoje estão juntos e misturados: Rodrigo Maia, Baleia Rossi e PT.

Filipe André Valencio Alves dos Santos (São Paulo, SP)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Parece que disponibilizar um trecho do livro de Eduardo Cunha tem uma intenção clara: eleger para presidência da Câmara dos Deputados o candidato do governo, Arthur Lira. A mídia dando espaço para uma raposa como o Cunha está ajudando na permanência do desgoverno de Bolsonaro.

Luiz Fernando Mangea da Silva (Rio Claro, RJ)

Mãe

Muito bonito o artigo de Guilherme Boulos, "Colocando a mãe no meio" (Opinião, 26/1). Retrata bem a sensibilidade de uma pessoa que tem carinho e ternura, não só por sua mãe, mas também pelas mães que perderam seus entes queridos, vítimas da Covid-19. Parabéns ao jornal pela contratação do articulista e protesto, veementemente, pela maneira como Fernando Hadad foi tratado pelo jornal.

Glicéria Oliveira (São Paulo, SP)

Sr. Guilherme Boulos, parabéns. Se fosse possível, assinaria junto, sem tirar nem pôr uma única vírgula. O Brasil é um país maravilhoso, que merece melhor sorte. Quando será que aprenderemos a votar, para que as atrocidades que estamos vendo não mais se repitam?

Beni Galter (Santa Bárbara d'Oeste, SP)

Afago

"Bolsonaro afaga China e agradece liberação de insumo para Coronavac" (Saúde, 26/1). Espera aí, quem tem que agradecer aos chineses é o João Dória; afinal, o que mais fizeram Bolsonaro e seu competente ministro Ernesto Araújo foi agradecer desnecessariamente a China, nosso maior parceiro comercial.

Henrique Ventura dos Reis (Rio de Janeiro, RJ)

Vencido pela realidade e por sua crescente impopularidade, o escoreiro se ajoelhou e se humilhou pela vacina. Certamente o agradecimento foi uma imposição vingativa. O contorcionismo dos seguidores do presidente para explicar é impagável.

José Carlos Toledo Júnior (São Paulo, SP)

Bolsonaro fazendo afago à China não é pragmatismo político, é cinismo mesmo. Não vou me esparter de daqui a alguns dias ele criar o "negacionismo do negacionismo", afirmando que sempre foi a favor da vacina e do isolamento.

Valter Mendes Júnior (Santo André, SP)

Ué, agora já pode afagar comunistas? Vamos todos virar jacarés?

Luiz Almeida (Curitiba, PR)

Clássicos

A quem interessa ignorar o passado? Não há democracia sem pessoas com bagagem e repertório, muito além da mera observação do presente ("Sobre a obrigatoriedade dos clássicos", Poder, 26/1, coluna de Joel Pinheiro da Fonseca). A leitura dos clássicos e do passado, em geral, será sempre o melhor antídoto à ignorância e ao preconceito.

Pedro Paulo A Funari, professor do Departamento de História da Unicamp (Campinas, SP)

Anvisa

Falstu preocupado que aparentemente ninguém está questionando as exigências da Anvisa para aprovar vacinas contra a Covid-19. Acho que é tarefa das mídias questionar exigências não justificáveis. De fato, a Anvisa recusou a vacina russa porque não fizeram testes da terceira fase aqui no Brasil, com brasileiros. Em nenhum outro país se exige testes com próprios cidadãos.

Gert Schubring, professor visitante da UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)

[...]

Autoridades públicas omissas, charlatões e negligentes são responsáveis por deficiências na oferta de recursos para a saúde. Mas não as únicas. O equilíbrio democrático inclui, além do 'fora, responsáveis pela tragédia sanitária', o 'fora, isenções e estímulos fiscais', o 'fora, divulgação sistemática e consentida de ilusões sobre a privatização' e o 'fora, portas giratórias'

Comemorar cada minuto

Hoje, esconder-se para garantir a integridade significa distanciamento social

Jack Terpins

Engenheiro, é presidente do Congresso Judaico Latino-Americano e membro do conselho de administração do Congresso Judaico Mundial

Nesta quarta-feira (27) celebramos a vida! É o Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto, data que marca a libertação do campo de Auschwitz. Foi instituída pelas Nações Unidas em 2005 e desde então vem sendo lembrada.

Apesar do reconhecimento oficial e de muitas iniciativas que visam elucidar o que foi esse genocídio, ainda há os que desconhecem o assunto, ou que o ignoram, aqueles que negam e os que usam a tragédia para atizar o ódio latente que permeia parte da sociedade.

Nos Estados Unidos, onde temos a maior comunidade judaica do mundo, atrás apenas de Israel, 63% dos jovens adultos desconhecem que 6 milhões de judeus foram mortos durante o Holocausto; 48% não conseguem nomear um único campo de concentração; 12% admitem não saber sobre o assunto; e 23% disseram acreditar que se trata um mito ou não tinham certeza da resposta, segundo levantamento da Clalim Conference, responsável pela difusão de conhecimento do tema.

Enquanto enfrentamos a Covid-19, brotam discursos de ódio, ideologias racistas e teorias conspirativas (em muitos casos responsabilizando os judeus e outras minorias pela pandemia). E, mais recentemente, vemos ressurgir uma onda de antissemitismo que remonta períodos medievais, quando os judeus eram "cul-

pados" por epidemias como a peste bubônica. Desta vez, o discurso está atrelado à pandemia do novo coronavírus, culpando os judeus e outras minorias pela doença.

Ora, pesquisadores do mundo inteiro estão empenhados em estudar o vírus, o modo como ocorre a transmissão e a cura. É algo desconhecido, novo e que, indistintamente, atinge uma ou outra pessoa, independentemente de sua classe social, conhecimento, nacionalidade etc. Um dos modos de se salvar guardando é através do isolamento social.

O jornal The New York Times publicou, no início deste mês, o depoimento de um sobrevivente. Ele conta que o Holocausto tirou-lhe a infância e a adolescência e que, agora, a Covid-19 está "roubando" o tempo que lhe resta. Mesmo usando a tecnologia para estreitar seu contato com o mundo exterior, reclama de não poder mais dar palestras presenciais sobre sua experiência durante esse sombrio período da história, atividade que sobreviventes fazem como forma de preservar a memória, garantindo o futuro e eliminando possíveis manifestações antissemitas.

Traçar um paralelo entre os que viveram o terror nazista e, atualmente, enfrentar esse perigo latente é como refutar o medo do inimigo declarado em contraponto ao que pouco temos ciência e ansiamos que, com a vacina, poderemos erradicá-lo. O esconder-se para garantir sua integridade hoje significa distanciamento social. A liberdade pesa na balança.

A sociedade se questiona como estará quando tudo isso acabar. Mais solidária? Prestando mais atenção à saúde? Valorizando as mínimas coisas? A verdade é que cada dia que vivemos é mais um milagre...

[...]

Neste Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto, data que marca a libertação do campo de Auschwitz, ainda há os que desconhecem o assunto, os que o ignoram, aqueles que negam e os que usam a tragédia para atizar o ódio latente que permeia parte da sociedade



Eletronbras vai recrutar novo presidente

BRÁSILIA A Eletronbras informou, nesta terça (26), que seu conselho de administração decidiu pela contratação de uma empresa especializada para o recrutamento do novo presidente. Segundo o comunicado, cabe ao conselho a escolha do substituto de Wilson Ferreira Junior, que deixa o posto em março, de pois de quatro anos e meio. Ele assumirá o comando da BR Distribuidora.

A decisão foi unânime, e a Diretoria de Gestão e Sustentabilidade deverá providenciar a "imediata contratação de consultoria externa, independente, especializada em recrutamento e seleção de altos executivos (headhunter), a fim de assessorar o colegiado no processo de seleção e eleição do novo presidente".

No entanto, os investidores ainda têm dúvidas sobre esse processo, e as ações continuaram a cair diante da incerteza de quem alguém com o mesmo perfil de Wilson, como o atual presidente é conhecido no mercado, seja escolhido para comandar a empresa.

Os papéis da empresa fecharam esta terça em queda de 9,66% na Bolsa de São Paulo. Na segunda (25), feriado na capital paulista, os recibos de ações (ADRs) caíram 11,76% em Nova York.

A substituição do presidente da Eletronbras abriu uma divergência no governo. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que prefere um militar ou alguém sem vínculos partidários. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer um executivo de mercado.

O nome preferido de Albuquerque, segundo interlocutores do ministro, é o do oficial da reserva da Marinha Ruy Flaks Schneider. **Julio Wiziack**

Fundação Schwab e Folha fazem debate na Agenda Davos

SÃO PAULO Empreendedores sociais e lideranças do setor público e privado brasileiros que desempenham papéis fundamentais na resposta à Covid-19 participam da programação da Agenda Davos21 nesta quarta-feira (27), às 9h.

O debate virtual é em português e promovido pela Folha e pela Fundação Schwab, braço social do Fórum Econômico Mundial.

O encontro Fomentando o Empreendedorismo Social para a Inclusão Social reúne Adriana Barbosa (fundadora da Feira Preta e do Preta Hub e vencedora do Troféu Grão do Prêmio Empreendedor Social 2019); Eduardo Lyra (CEO da ONG Gerando Falcões e um dos 20 líderes reconhecidos pelo Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19); Luiz Trajano (presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza) e Patrícia Ellen da Silva (secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo).

A sessão, que será mediada pela jornalista Eliane Trindade, editora do Prêmio Empreendedor Social, terá duração de uma hora e será transmitida ao público pelos canais da Folha.



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta terça (26), no Planalto *Marcos Corrêa/Divulgação Presidência*

Guedes diz que auxílio pode voltar 'caso o pior aconteça'

Em contrapartida, ministro defende congelar verba para saúde e educação

Fábio Pupo

BRÁSILIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, reconheceu nesta terça-feira (26) a possibilidade de o auxílio emergencial voltar caso o número de mortes por coronavírus continue crescendo no país e o governo fracasse na vacinação da população. Mesmo assim, ele ressaltou que esse cenário só se configuraria caso "o pior aconteça".

Guedes defendeu responsabilidade para analisar a questão e disse que é preciso verificar se o aumento recente de casos de Covid-19 não foi um reflexo pontual das festas de fim de ano. Ele traça atualmente dois cenários possíveis.

Em caso de queda na pandemia, a agenda econômica seria avançar com as reformas que estão no Congresso. "Se a pandemia descer, a vacinação em massa ocorrerá, e a economia voltando à normalidade, deveremos estar de volta às reformas estruturais", disse, em evento do Credit Suisse.

"Se a pandemia se agravar e continuarmos a 1.500 mortes por dia, a vacina não chega, se falhássemos miseravelmente nas vacinas... O que não acredito [que vá ocorrer] porque o ministro [da Saúde] tem capacidade logística, temos, e o presidente agradeceu, a Anvisa, o [Instituto] Butantan, [a Fundação] Oswaldo Cruz, as Forças Armadas", disse.

Nesse segundo caso, de agravamento da pandemia, Guedes reconhece a possibilidade de recriar o auxílio, mas de forma aprimorada. "Vamos

observar. Caso o pior aconteça, se a doença volta, como compatibilizar uma coisa com a outra [pandemia e responsabilidade fiscal]? Bom, temos o protocolo da crise [medidas de 2020], aperfeiçoado agora", afirmou.

Conforme mostrou a Folha na semana passada, a equipe econômica não descartava um novo auxílio emergencial em uma situação emergencial e em uma situação extrema, mas os integrantes ainda não reconheciam a necessidade da medida já que a viam a economia se movimentando e as atividades ainda abertas. E defendiam a revisão de outros gastos para atender os vulneráveis.

As declarações são dadas em um momento de pressão crescente do Congresso pela volta do auxílio emergencial. Os principais candidatos nas eleições para a presidência de Câmara e Senado, em fevereiro, defendem a medida.

Paralelamente, na equipe econômica ainda é defendida uma alternativa para que, diante da pressão para prorrogar o auxílio emergencial neste ano, o governo apresente uma proposta de ampliação da assistência social de maneira permanente, como a criação de um novo programa social que incorpore o Bolsa Família.

O ministro citou números diferentes de mortes na pandemia que justificariam a volta do auxílio. Em certo momento falou em um cenário de 1.500 mortes por dia, mas em outro mencionou um patamar contínuo acima de 1.000 (mais

próximo ao que vinha sendo discutido internamente, no fim do ano passado).

"Se não for o caso [de volta à normalidade], porque a vacinação não está andando ou porque as mortes continuam acima de mil, já existe o protocolo da crise", disse.

A média móvel de mortes por Covid-19 no Brasil chegou a 1,058 nesta terça-feira (26), a maior desde o fim de julho de 2020 (quando era de 1,069).

Guedes ressaltou que um novo auxílio exigiria sacrifícios do país e defendeu como contrapartida medidas como o congelamento de verbas para saúde e educação e de salários de servidores públicos. "Não é só pegar o dinheiro e sair correndo. Tem que fazer todo o sacrifício", disse.

"Quer criar o auxílio de novo?"

✓ Perspectiva de alta no juro e fala do presidente levam dólar a cair 3,4%, para R\$ 5,32

Investidores responderam à ata da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) da semana passada, segundo a qual alguns membros consideraram subir a Selic imediatamente, diante do risco inflacionário. Juros mais altos estimulam a entrada de moeda estrangeira no país. Também influenciou no mercado a defesa que Jair Bolsonaro fez do teto de gastos. A Bolsa, por outro lado, recuou 0,78%.

vo? Tem que ter muito cuidado, pensa bastante. Se fizer isso, não pode ter aumento automático de verbas para educação e segurança pública, porque a prioridade passou a ser a guerra [contra a Covid]. Pega as guerras aí para ver se tinha aumento de salário, se tinha dinheiro para saúde e educação. Não tem, é dinheiro para a guerra", disse.

"Aqui é a mesma coisa. Se apertar o botão, vai ter que travar o resto todo", disse.

"É que nem um botão [de bomba] nuclear. Apertou, paga o preço", afirmou.

Ele sugeriu que a medida seja discutida em conjunto entre os Poderes e defendeu que a decisão deve partir do Conselho Fiscal da República, um órgão previsto em proposta de Guedes (não aprovada pelo Congresso até hoje) para reunir presidentes de todos os Poderes com objetivo de analisar as contas públicas.

Guedes sugeriu que, caso a pandemia avance e o governo fracasse na vacinação, o auxílio emergencial seja recriado a partir de uma nova cláusula a ser inserida na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que tramita no Congresso desde 2019 com objetivo original de diminuir despesas obrigatórias.

A cláusula de calamidade pública seria inserida na PEC com objetivo principal de, em casos extremos de necessidade, suspender a aplicação de normas fiscais como a regra de ouro (que impede endividamento para despesas correntes).

Para presidente do BC, vacinar idosos antes facilita retomada

BRÁSILIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu nesta terça (26) a vacinação e a priorização de idosos na campanha como forma de retomada mais rápida da economia.

Segundo o titular do BC, a imunização do grupo de risco seria suficiente para minimizar o "scaring effect", ou efeito medo em tradução livre. Em evento do banco Credit Suisse, ele mostrou dados de Israel que apontam queda no número de mortes e internações após a vacinação de idosos.

"Se conseguimos vacinar mais rapidamente o pessoal mais velho, o número de óbitos vai para próximo de zero rapidamente [olhando para os dados de Israel]. Então fica sempre a preocupação de que a priorização seja feita de forma a minimizar as internações e os óbitos porque tira o "scaring effect" e faz a economia voltar à normalidade mais rapidamente", disse.

Para o presidente do BC, embora o Brasil esteja atrás de outros países em número de doses da vacina, há uma vantagem na capilarização e na capacidade de imunização do SUS (Sistema Único de Saúde).

"Chegando as doses elas serão aplicadas de forma rápida e eficiente", avaliou.

Campos Neto afirmou que o mercado está focado em como serão os programas de vacinação, embora alguns países, como o Brasil, enfrentem uma segunda onda, com aumento no número diário de casos e óbitos em decorrência da doença.

"A segunda onda não atinge nem de perto o dano causado pela primeira onda [no mundo] porque tivemos um exercício de aprendizagem, onde a economia consegue se reinventar e funcionar mesmo com lockdown". **Larissa Garcia**

Bolsonaro reafirma compromisso com teto de gastos

Ricardo Della Coletta

BRÁSILIA O presidente Jair Bolsonaro declarou nesta terça (26) que o governo tem compromisso com o teto de gastos e descartou que medidas anticrise se tornem permanentes.

As falas do mandatário ocorrem em meio à pressão pela renovação do auxílio emergencial, benefício criado para reduzir impactos da crise da Covid-19 sobre a população que perdeu renda na pandemia.

"No âmbito fiscal, mantemos firme o compromisso com a regra do teto de despe-

sa como âncora da sustentabilidade e credibilidade econômica", disse o presidente em uma videoconferência promovida pelo banco Credit Suisse.

"Não vamos deixar que medidas temporárias relacionadas com a crise se tornem compromissos permanentes de despesas", afirmou.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) busca responder à pressão pela renovação do auxílio com alguma medida social que fique dentro do Orçamento —sem a necessidade de criar um mecanismo excepcional pelo segundo ano conse-

cutivo— e preservando o teto, regra que limita o crescimento das despesas públicas.

Com o avanço da pandemia e o fim do pagamento do auxílio no final do ano passado (saques residuais estão sendo feitos até o final de janeiro), parlamentares passaram a defender a extensão do benefício mesmo que o teto seja desrespeitado.

Essa tese foi defendida inclusive por Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato à presidência do Senado apoiado por Bolsonaro.

Já a avaliação da equipe econômica é que o rompimento

da âncora fiscal passaria uma mensagem de descompromisso com a responsabilidade fiscal após um período em que o governo realizou gastos bilionários para reduzir os impactos da pandemia.

Na videoconferência desta terça, Bolsonaro também defendeu a carteira de concessões e privatizações encampada por seu governo.

"Pretendemos acelerar os leilões de concessões e privatizações, em especial no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, o PPI, que tem uma carteira de projetos estratégicos de longo pra-

zo, baixo risco e com taxas de retorno atraentes e estáveis", disse Bolsonaro.

"Em 2021 vamos acelerar o calendário de privatizações e dar continuidade às medidas de aperfeiçoamento no ambiente de negócios", afirmou.

Ele defendeu medidas adotadas durante a crise da Covid.

"Apesar da Covid, nosso governo manteve compromisso com os empreendedores, investidores e empregados. Conseguimos preservar milhões de postos de trabalho em plena pandemia e garantimos as cadeias de abastecimento no país."

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A última de Pazuello

Agora sob investigação, ministro volta a Manaus, nada resolve e se isenta de novo pelo fracasso

Não foi por falta de aviso. Quando Jair Bolsonaro pôs para correr do Ministério da Saúde o segundo médico com formação para enfrentar a Covid e plantou ali um general da ativa, multiplicaram-se alertas de que militarizar a pasta era ofensiva fútil contra a pandemia.

Eduardo Pazuello chegou com fama de especialista em logística, e os resultados estão à vista de todos no descalabro de Manaus.

Sem condições técnicas mínimas para liderar o combate, o general notabilizou-se por colher fracassos seguidos, promover charlatanismos, mentir para o público e ainda pontificar sobre o certo e o errado em comunicação.

O ministro se encontra agora sitiado por várias instituições. A Procuradoria-Geral da República, depois de negar-se a investigar a responsabilidade do presidente na crise sanitária, escolheu o caminho fácil de fustigar Pazuello pedindo licença para investigar sua conduta desastrosa.

O Supremo Tribunal Federal deixou o sinal verde para abertura do inquérito e deu cinco dias à Polícia Federal para fazer a oitiva do ministro. O depoimento poderá transcorrer na própria capital amazense flagelada, para onde Pazuello foi despachado pelo Planalto só com passagem de ida.

Há mais. O Tribunal de Contas da União exige que o ministro explique o dispêndio de verbas do SUS

Atrasobras

Anúncio de saída do presidente da Eletrobras expõe impasse político no processo de privatização

Entre as maiores estatais federais, a Eletrobras é a que se encontra em processo mais avançado de privatização. O que não quer dizer grande coisa: o executivo Wilson Ferreira Junior anunciou que deixará o comando da empresa por não acreditar mais em sua venda.

Ele ocupa o cargo de presidente desde 2016, quando o governo Michel Temer começou a preparar a desestatização. Com a notícia da saída, o valor de mercado da companhia despencou de R\$ 47,5 bilhões para R\$ 43,2 bilhões somente nesta terça-feira (26).

Nos últimos anos, a Eletrobras passou por um programa de corte de despesas, principalmente com pessoal, e venda de ativos. O próximo passo será, ou seria, a União deixar de ser a controladora da empresa, por meio de emissão e venda de novas ações com direito a voto, segundo projeto enviado ao Congresso em novembro de 2019.

Explicitado pela renúncia de Ferreira Junior, o impasse em torno da privatização não deveria surpreender ninguém a esta altura. Desde Temer eram evidentes as resistências de deputados e senadores à alienação da gigante estatal, que reúne 69 subsidiárias contadas no ano passado — uma joia na coroa do fisiologismo político nacional.

para compra e distribuição de cloroquina no fictício tratamento precoce de Covid promovido pelo governo Bolsonaro. Até para o TCU parece claro, mesmo tardiamente, que a manobra diversionista carrega o fumo de ilegalidade.

Pazuello se aferra à tática de tentar encobrir com palavras o malefício que produz com atos e omissões. Justifica a hecatombe manauara com a hipotética transmissibilidade aumentada pela mutação do coronavírus e com uma referência a "gargalos de décadas" na saúde pública do estado nordestino.

Se deficiências são conhecidas há décadas, e tendo sido alertado diante do colapso no fornecimento de oxigênio, por que não agiu a tempo de impedir que pacientes morressem sufocados? A real especialidade de Pazuello, até aqui, foi eximir-se de responsabilidade.

Entre suas esquivas assoma a de dizer que sua pasta nunca recomendou cloroquina. Talvez acredite que, para fazer o desmando desaparecer, bastaria retirar do ar uma nota mendaz e um aplicativo do ministério com código viciado para disseminar a panaceia científica insustentável.

Pazuello não faz mais do que seguir o exemplo de Bolsonaro ao isentar-se de responder pelos próprios atos. O presidente, no entanto, conta com a prerrogativa e o hábito de livrar-se dos auxiliares quando se tornam incômodos.

Ao apego de parlamentares a cargos e verbas somam-se o corporativismo sindical e o estatismo do presidente Jair Bolsonaro, agora mais empenhado nas negociações com o centrão. São muitos obstáculos, sem dúvida, à frente do ministro Paulo Guedes, da Economia, que já não é conhecido pela capacidade de levar projetos adiante.

Paradas por mais de uma década, as vendas de empresas federais voltaram à agenda do governo após a devastação promovida pela administração petista, em especial, na Petrobras e na Eletrobras.

Evitar corrupção, empreguismo, investimentos antieconômicos e manipulações ruins de preços são objetivos meritosos, mas não devem ser os únicos em uma privatização. Tampouco a preocupação do governo de turno pode se limitar ao caixa — há que garantir concorrência e expansão dos serviços prestados aos consumidores.

Reconheçam-se as dificuldades técnicas e políticas da tarefa, que seriam consideráveis mesmo para um governo de maiores convicções e habilidades. Por ora é fundamental que ao menos se preservem gestões profissionais nas empresas, enquanto se conduzem programas de ajuste, com corte de despesas, ativos e subsidiárias.



Pacto com o diabo

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Um ideólogo em busca de um argumento não hesita nem em fazer pacto com o diabo. Durante décadas, a direita "laissez-faire" apontava a Suécia como uma espécie de capeta estatizado. O país, afinal, era o paradigma das social-democracias europeias, caracterizadas por governos grandes, por vezes intrusivos, altas cargas tributárias e generosos programas sociais cheios de regulações.

Depois da Covid-19, tudo mudou. A Suécia, muito por causa da influência e do prestígio de seu epidemiologista-chefe, Anders Tegnell, decidiu tomar um caminho diferente do da maioria dos vizinhos. Não determinou nenhum isolamento obrigatório, e quase todas as atividades foram mantidas. Apenas recomendou que todos fossem responsáveis.

Foi o que bastou para que essa direita que flerta com o negacionismo sucumbisse às críticas e abraçasse a Suécia como a nova terra dos livres, onde ninguém precisa usar máscaras e todos podem se aglomerar.

É claro que nenhuma dessas vi-

sões caricaturais retratava bem os suecos, que nunca se enxergaram nem como cripto-comunistas nem como homens da terra de Marlboro. Eles apoiaram a estratégia de Tegnell enquanto acreditavam que ela funcionava, mas, sensíveis às evidências, não se recusaram a modificá-la quando confrontados com a segunda onda.

Os suecos ainda mantêm uma posição relaxada na comparação com outros países, mas aprovaram mudanças na lei que agora permite punições a negócios e pessoas que não seguirem as instruções do governo. A máscara passa a ser obrigatória, em algumas situações.

E o que as evidências dizem sobre a estratégia sueca? Com 101 mortes por cem mil habitantes, o país se saiu melhor do que outras nações europeias como o Reino Unido (135) ou a Espanha (115), mas bem pior do que outros nórdicos como a Dinamarca (31), a Finlândia (11) e a Noruega (10). O diabo é que a realidade nunca se ajusta a nossas narrativas ideológicas.

heio@uol.com.br

Sociedade ilimitada

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Em momentos críticos, Jair Bolsonaro tenta se agarrar aos militares para sobreviver. Quando o Supremo estava em seu encaixe, em abril do ano passado, o presidente protagonizou uma manifestação golpista na porta do quartel-general do Exército. Agora, acuado pela crise do coronavírus, ele busca refúgio mais uma vez nas Forças Armadas.

Na segunda (18), Bolsonaro quis desviar o foco de seus fracassos na pandemia com a conhecida pregação de que homens de farda decidem se um povo viverá numa ditadura. "Nós, militares, somos o último obstáculo para o socialismo", disse. Dias depois, ele apresentou a Aeronáutica como parceira no fornecimento de oxigênio para uma Manaus asfiada pela negligência oficial.

Em busca de proteção, Bolsonaro transformou os militares em sócios paritários do desastre nacional ao mandar Eduardo Pazuello para a cadeira de ministro da Saúde. A abertura de uma investigação no STF sobre a omissão do general na pandemia torna esse vínculo irreversível.

Mais xingamentos contra Bolsonaro

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Desde sua posse, Jair Bolsonaro já foi chamado de cretino, grosseiro, despreparado, irresponsável, omissão, analfabeto, homófilo, mentiroso, escatológico, cínico, arrogante, desequilibrado, demente, incendiário, torturador, golpista, racista, fascista, nazista, xenófobo, miliciano, criminoso, psicopata e genocida. Os autores dessas desqualificações são cidadãos comuns que escrevem mensagens para os jornais, produzem memes e entopem as redes sociais. Está tudo registrado e seria divertido ver o governo processar tal multidão.

Nenhum outro governante brasileiro foi agraciado com tantos epítetos, a provar que a língua é rica o bastante para definir o pior presidente da história do país. Mas é inútil, porque nada ofende Bolsonaro. Ele se identifica com cada desaforo.

Afinal, foi quem rebaixou o Brasil ao nível de estrebamento de quartel, ao inundar os lares com um vídeo sobre golden shower, chamar um jornalista para a briga ("Minha von-

Pazuello seguiu as ordens mais delirantes do presidente da República — da recomendação do uso de remédios ineficazes até a sabotagem à vacinação. O general se recusou a migrar para a reserva, seguiu a doutrina militar e respeitou a hierarquia ao cumprir as determinações do chefe. Os delitos da dupla, portanto, são coincidentes.

A configuração pode até atormentar integrantes graduados das Forças Armadas, mas favorece Bolsonaro. Se forem levados para o banco dos réus, os militares passarão a trabalhar numa defesa conjunta com o presidente. Na prática, eles ainda recebem um estímulo extra para garantir que o governo fique de pé.

Esse elemento entraria na conta das pressões pelo impeachment de Bolsonaro por sua conduta na pandemia. Dado que o beneficiário imediato da queda do presidente é um general da reserva, o espírito de corpo tende a desestimular movimentos do vice para assumir o posto. Se esse cálculo prevalecer, os sócios devem permanecer juntos até o fim.

A Ford e o Befex

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).
 Escreve às quartas

Depois de décadas, a Ford decidiu sair do Brasil. É uma notícia triste, com um ar de melancolia. Alguns jornalistas lamentaram a saída, mas lembraram os subsídios que a empresa recebeu. Não mencionaram que alguns destes, em geral concedidos a todas as empresas de um setor, foram necessários para compensar o "custo Brasil": emaranhado de tributos, insegurança jurídica, ambiente ruim de negócios, infraestrutura deficiente e burocracia excessivamente lenta.

Mas o desenho do subsídio importa. No início dos anos 70, o grupo Ford-Philo propôs que o país participasse da produção do "carro mundial". A ideia era fabricar partes dos veículos em países de menor custo para depois fazer a montagem final no local mais vantajoso. Esse modelo de fragmentação da produção evoluiu muito nas últimas décadas, dando forma às cadeias globais de valor que atualmente ocupam enorme espaço na produção e no comércio global.

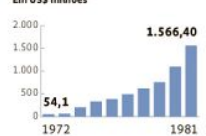
O projeto incluía uma fábrica nova de motor, destinado parte ao mercado local e parte para exportação, e uma fábrica nova de autorádios totalmente para o mercado externo. O objetivo do grupo era exportar em larga escala. Dispôs-se a assumir um compromisso de dez anos de exportação desde que o país garantisse os incentivos fiscais vigentes. Duas condições foram impostas pelo governo:

1) o valor dos bens importados anualmente com isenção de tributos (máquinas, equipamentos, aparelhos, ferramentais e produtos intermediários) não poderia ser superior a um terço do valor líquido da média anual da exportação de produtos manufaturados; e 2) os bens importados sob isenções do programa, somados às importações sob regime de "drawback" ou outro regime especial não poderiam ultrapassar 50% do valor total exportado.

Essa era a estrutura do Befex (Programa Especial de Exportação). O país visava, além do fortalecimento do balanço de pagamentos, dar um salto qualitativo na sua pauta de exportação, até então dominada pelo café, têxteis, calçados e mobiliário. A negociação do acordo foi longa e difícil. O presidente Lee Iacocca esteve várias vezes no Brasil. Na formalização do compromisso compareceu o "chairman", Henry Ford 4º.

Exportação de auto-veículos, motores e componentes

Em US\$ milhões



Fonte: Arfavea

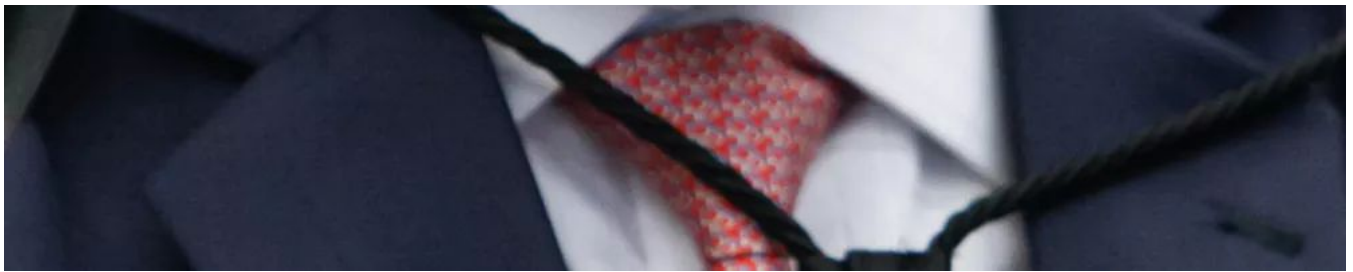
Corte está a um voto de definir incidência de ISS sobre softwares

Caso só depende da manifestação do ministro Nunes Marques

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

27/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Kassio Nunes Marques: votos-vista em casos importantes para as empresas — Foto: Divulgação

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai apresentar, na semana que vem, dois votos-vista de processos tributários muito aguardados pelas empresas. Um deles trata da tributação do software. O outro, da possibilidade de os Estados cobrarem o diferencial de alíquotas (Difal) de ICMS no comércio eletrônico sem que exista uma lei complementar sobre o tema.

Esses dois processos constam na pauta do dia 4 de fevereiro. Ambos estavam em julgamento no dia da estreia de Nunes Marques como ministro da Corte. Ele pediu vista, na ocasião, argumentando precisar de tempo para estudar as matérias.

O que trata da tributação do software só depende do voto de Nunes Marques para ser concluído. Já há maioria de votos contra a incidência do ICMS. Os ministros estão entendendo que cabe ISS, o imposto municipal, tanto para o chamado software de prateleira, comercializado no varejo, quanto para o software por encomenda, que é desenvolvido para atender as necessidades de um cliente específico.

Se mantido, o entendimento modificará a jurisprudência de mais de duas décadas na Corte. Os ministros, em 1998, quando julgaram esse tema, haviam feito uma divisão: para as operações envolvendo software de prateleira deveria incidir ICMS, já para a modalidade por encomenda caberia o ISS.

O novo entendimento atende o pleito das empresas de tecnologia. Para essas companhias, pode ser bem mais vantajoso pagar o imposto municipal. Na capital paulista, por exemplo, são cobrados 2% de ISS, enquanto que o ICMS, no Estado, tem alíquota de 5%.

Esse tema está sendo julgado por meio de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 1945 e ADI 5659). O julgamento é importante para

confirmar a decisão e para bater o martelo sobre a chamada modulação de efeitos. Dos sete ministros que votaram contra a incidência do ICMS, seis entendem que a decisão só poderia ser aplicada para o futuro. O marco para a aplicação do novo entendimento seria a data da ata do julgamento.

O processo da Difal, no entanto, deve ocupar mais tempo do plenário. Há só dois votos computados, dos ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli. Ambos são contra a cobrança.

Essa discussão se dá em torno da Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que permitiu aos Estados do destino da mercadoria cobrarem um diferencial de alíquota de ICMS nas operações destinadas a consumidores finais, contribuintes ou não do imposto.

A alíquota varia conforme o Estado de origem e de destino do produto. Uma varejista estabelecida em São Paulo, por exemplo, que vende um micro-ondas para um consumidor residente no Ceará, precisa recolher o ICMS para o Fisco paulista e a Difal para a Fazenda cearense.

Os ministros julgam se essa emenda constitucional pressupõe a edição de lei complementar para dispor das normas gerais da Difal ou se os Estados podem, por si só, fazer as cobranças.

O tema está sendo julgado por meio de dois processos. Um deles é o RE 1287019, em repercussão geral, de relatoria do ministro Marco Aurélio. O outro, a ADI 5469, tem Dias Toffoli como relator - que sugeriu a modulação de efeitos. O entendimento contra a cobrança, se prevalecer, teria validade somente a partir do ano seguinte ao da conclusão do julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Continental Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

Economia avalia reduzir valor e público de auxílio

Pasta de Guedes não deseja retorno de benefício, mas tem plano pronto que prevê ajuda de R\$ 200

Por **Ribamar Oliveira e Fabio Graner** — De Brasília

27/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica não quer, mas já tem planos prontos para acionar caso não consiga bloquear a pressão política por um novo auxílio emergencial ou se a situação da pandemia se agravar ainda mais. Uma das alternativas em análise é reduzir significativamente o número de beneficiários (que foi de 56 milhões no fim do ano passado), colocando foco nos mais necessitados entre os informais, e dar um benefício de R\$ 200 (valor próximo do atual Bolsa Família) por três meses, limitando o impacto fiscal em um cenário considerado extremamente apertado.

Ela poderá ser adotada por meio de crédito extraordinário, ou seja, fora do teto de gastos da União, desde que o Congresso aceite aprovar a desindexação dos gastos da União, adotando um congelamento nominal generalizado de despesas, e dos gastos dos Estados, proibindo reajustes a servidores. As mudanças seriam feitas no âmbito da PEC Emergencial.

Com a aprovação dessas medidas, o governo conseguiria mitigar parte do custo fiscal de uma eventual adoção do auxílio, que teria impacto de no mínimo R\$ 7 bilhões por mês. Alguns técnicos, no entanto, acreditam ser improvável que o custo seja menor que R\$ 10 bilhões mensais (os valores se alteram conforme o tamanho do público-alvo).

A PEC Emergencial tramita no Congresso há mais de um ano e, para viabilizar o benefício dentro dos princípios de austeridade fiscal do ministro Paulo Guedes, precisaria superar a grande resistência política e ser aprovada muito rapidamente.

Outras hipóteses para uma renovação do auxílio também estão prontas desde dezembro por parte dos técnicos. Além disso, há risco de o Congresso querer mudar os termos de uma eventual proposta a ser encaminhada pelo Palácio do Planalto, como fez quando aprovou o benefício no início da pandemia - a proposta inicial do governo era de R\$ 200, e não R\$ 600. De qualquer forma, a área técnica está convicta de que, neste momento e nas atuais condições, mesmo com a alta recente de casos e mortes, voltar a pagar o auxílio não é o melhor caminho.

“É um erro renovar o auxílio”, disse uma fonte. “A medida vai deteriorar as expectativas do mercado em torno da sustentabilidade das contas públicas e prejudicar a população mais carente, com o impacto que terá na inflação”, acrescentou.

Nesse sentido, foi comemorado o fato de o presidente Jair Bolsonaro ter se manifestado ontem reforçando o compromisso com o teto de gastos e justificando que a situação fiscal do país não abre espaço para adotar o benefício sem que outras despesas sejam cortadas.

A ideia de um benefício de R\$ 200 está na mesa porque tem um impacto fiscal bem mais contido do que outras alternativas. O valor foi o primeiro a ser apresentado pela Economia ao Congresso em abril do ano passado e está próximo do que é pago pelo programa Bolsa Família (que na média hoje está em R\$ 191 e pela proposta orçamentária poderia ir a cerca de R\$ 200).

A interlocutores da ala política Guedes chegou a mencionar que, neste valor, o auxílio poderia ter ficado por mais de um ano e até dois anos. Mas essa avaliação era no momento em que o programa foi proposto e teve início, entre março e em abril de 2020, quando o Congresso empurrou o valor para cima e acabou ficando em R\$ 600 por cinco meses e R\$ 300 por outros três.

Desde então e por causa desses níveis bem mais altos de auxílio, o espaço fiscal para essa política diminuiu muito. Isso porque o enorme gasto feito pelo governo federal no período, que incluiu outras medidas, foi financiado com aumento da dívida, que depende do humor dos investidores para ser renovada.

Fontes da área econômica destacam que o auxílio emergencial não pode ser visto como política para ajudar o nível de atividade, e sim de sobrevivência para as pessoas mais necessitadas, em um contexto de impossibilidade de se obter o sustento normalmente.

Por isso, é majoritária a leitura dos técnicos de que ainda não seria o caso de se adotar o benefício. Fontes lembram que, entre março e abril do ano passado, a economia estava parada e as pessoas não podiam sair para trabalhar, enquanto agora, a despeito de algumas restrições permanecerem, o processo produtivo está bem mais próximo da normalidade.

Outro aspecto fundamental para a decisão sobre voltar o auxílio é o andamento do processo de vacinação. Para a equipe econômica, é importante que se mantenha uma pressão social pela imunização em massa, que seria o caminho para garantir o pleno funcionamento da economia sem precisar do suporte do governo para os informais.

Isso ajuda a entender porque Guedes foi mais enfático anteontem ao defender “vacinação em massa”, que tem um custo fiscal bem menor e já contratado no ano passado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Contintetal Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Guedes compara volta de benefício à bomba atômica e fala em realizar cortes

Para ministro, não é justo deixar a conta para ser paga pelas futuras gerações

Por Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Matheus Schuch — De Brasília

27/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ministro da Economia, Paulo Guedes: “protocolo” para a prorrogação do auxílio emergencial está pronto — Foto: Marcos Corrêa/PR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou claro que a recriação do auxílio emergencial vai depender de cortes em outras áreas do governo. “Não tem aumento de salário durante dois anos para funcionalismo, os pisos [de gastos com saúde e educação] estão todos bloqueados. O 3D: desvincular, desindexar, desobrigar despesas, tem de fazer aquilo” listou ontem no evento Latin America Investment Conference, promovido pelo Credit Suisse.

Conforme informou o **Valor** na segunda-feira, o presidente Jair Bolsonaro concorda com a prorrogação do auxílio, desde que condicionada à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial. Ao lado de Guedes, Bolsonaro reafirmou o compromisso com o teto de gastos e acrescentou: “Não vamos deixar que medidas temporárias relacionadas com a crise se tornem compromissos permanentes de despesas”. Ele também prometeu acelerar privatizações e concessões.

Guedes comparou a recriação do benefício à detonação de um artefato nuclear. “É igual a bomba atômica. Tem um botão vermelho. Se apertar, meu amigo, prepara.” Comentou ainda que não é justo “pegar o dinheiro e sair correndo”, deixando a conta para ser paga pelas futuras gerações. A medida exigirá sacrifícios durante anos.

“Quer criar o auxílio emergencial de novo? Tem de ter muito cuidado. Pensa bastante. Porque, se fizer isso, não pode ter aumento automático de verbas para a educação, a segurança pública”, alertou. Durante uma guerra, segundo o ministro, a prioridade é fazer armamento, e não conceder aumentos salariais. “Vai ter de travar o resto todo.”

O recrudescimento da doença tem sido observado com atenção, disse Guedes. Mas a retomada do arsenal de guerra contra os efeitos da covid-19 na economia só deverá ocorrer, segundo ele, num cenário extremo, com a média diária de mortes estacionada na casa de 1.300 a 1.500 e com um total fracasso no plano de vacinação.

Não é o cenário com que o governo trabalha. “Vamos esperar pelo melhor”, disse, referindo-se à vacinação em massa e à redução dos casos da doença.

O ministro deixou claro que o “protocolo” para a prorrogação do auxílio está pronto. As PECs que criam condições para bancá-lo de forma sustentável estão no Congresso Nacional desde 2019 e são um “legado” de Bolsonaro, segundo ele. Mas alertou: “A classe política tem de assumir a responsabilidade pelos orçamentos”.

A pandemia acelerou um processo que, nas PECs, estava previsto para ocorrer em oito anos: a transferência de perto de R\$ 450 bilhões em recursos originariamente da União para os Estados e municípios. Com a crise, uma transferência equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) foi realizada em oito meses, disse.

Numa fala política e permeada por ataques ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a quem chegou a chamar, num ato falho, de ex-presidente, Guedes afirmou esperar que, após a definição dos comandos da Câmara e do Senado, na próxima semana, a agenda de votações seja destravada. Ele voltou a culpar uma suposta aliança de centro-esquerda patrocinada por Maia pelo atraso das reformas.

O ministro chamou de “descredenciamento da democracia brasileira” os pedidos de impeachment de Bolsonaro. “O presidente foi eleito, 60 milhões de votos”, disse. Mas, desde o primeiro dia, há, segundo o ministro, pedidos de impeachment “porque derrubou um passarinho”, “porque deu um tapa na cabeça da ema”, “porque teve um assassinato lá no Maranhão”, “porque morreu um indígena”.

De acordo com ele, o conflito é natural da democracia, mas tem um grupo que não sabe perder eleição. “Acha que democracia depende de eleger a mesma pessoa quatro vezes presidente da Câmara”, acrescentou, em uma referência a Maia. Para Guedes, isso “dá margem a que todos os Poderes” queiram o mesmo. Guedes afirmou ainda que o Brasil pode surpreender e crescer 5% se abandonar “a psicologia derrotista” e o “descredenciamento da democracia”.

A divisão, porém, é grande, segundo ele, comparando a situação no Brasil à dos EUA. “Se alguém de centro-direita não pode governar, quando vier outra eleição, o pessoal vai querer reclamar também”, alertou. Na maior democracia do mundo, disse, “até agora não sabem se a coisa vai funcionar bem ou mal”.

Guedes diz que país será “economia de mercado” e descarta alta de impostos

Ministro critica proposta de IVA com alíquota acima de 30% que ganhou prioridade na Câmara

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

27/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo está transformando a economia brasileira numa economia de mercado, por isso não vai subir impostos, disse há pouco o ministro da Economia, Paulo Guedes, no evento Latin America Investment Conference, promovido pelo Credit Suisse. “Vocês viram: em São Paulo, subiram o imposto; o povo foi pra rua e baixaram.”

Ele comentou que “tinha gente querendo botar o IVA [Imposto sobre o Valor Agregado] acima de 30%”, o que “ia quebrar comércio e serviços”. Ele se refere a propostas como a que está em análise na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, um projeto que ganhou prioridade na gestão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à frente da Casa. Essa proposta, disse o ministro, é apoiada por cartéis que não se importam com a alta de impostos no geral, pois conseguem reduzir sua carga setorialmente por meio de pressões políticas em Brasília.

A aprovação de reformas como a administrativa e a tributária, além de marcos regulatórios, isso deve criar o “crowding in”: ondas de investimento privado. É o que o governo persegue. “Ficar pedindo para governo investir muito dinheiro é violar responsabilidade fiscal e bloquear horizonte de investimento privado”, disse. Não são medidas populares, mas o presidente Jair Bolsonaro enfrenta pressões. “Presidente xingando pode ser mais efetivo do que outros políticos que estão aí rezando.”

Guedes, disse que os pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro são um “descredenciamento da democracia brasileira”. “O presidente foi eleito, 60 milhões de votos. E todo dia, desde o início, tem conversa. Primeiro é impeachment porque derrubou um passarinho, depois é impeachment porque deu um tapa na cabeça da ema, depois é impeachment porque teve um assassinato lá no Maranhão, depois é impeachment porque morreu um indígena. É um descredenciamento da democracia”, afirmou.

Segundo ele, o conflito é natural da democracia, mas tem um grupo que “não sabe perder eleição”. “Se diz democrata, mas não sabe perder eleição. Acha que democracia depende de eleger a mesma pessoa quatro vezes presidente da Câmara”, acrescentou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Continental Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Por R\$2199 ou

R\$2199 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Coloque em prática seu projeto de educação financeira

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Pós FGV

FGV

LINK PATROCINADO

Pós graduação FGV, destinada a profissionais que buscam aprimoramento.

FGV

Investimento triplicaria queda com exclusão de plataformas

Com efeito contábil da importação de equipamento, recuo em 2020 foi de 2,3%, e não de 6,3%, estima Ibre/FGV

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

27/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Afetado pela pandemia, pelo elevado nível de capacidade ociosa nas fábricas e por inúmeras incertezas no cenário econômico, o investimento teria mostrado queda bem mais forte dentro do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 se retirado o efeito contábil de importação de plataformas de petróleo.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida das Contas Nacionais do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação) teria terminado o ano com tombo de cerca de 6,3% sem essas operações, em vez da retração esperada de 2,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Responsável pela análise, que foi antecipada ao **Valor**, a pesquisadora Luana Miranda aponta que os investimentos produtivos tiveram sua dinâmica alterada pelas plataformas ao longo de todo ano, e o resultado do último trimestre não foi diferente. De outubro a dezembro, a FBCF cresceu 7,2% em relação aos três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais, pelas projeções do Ibre/FGV. Excluindo as plataformas, porém, o desempenho seria ligeiramente negativo no período, com redução de 0,3%.

As divergências ocorrem porque a mudança no regime do Repetro, que dá tratamento aduaneiro e tributário diferenciado ao setor de petróleo e gás, passou a

incorporar plataformas de petróleo que já estavam em território nacional dentro da FBCF.

Antes da alteração, petroleiras registravam suas plataformas em subsidiárias no exterior, embora elas operem no Brasil, para obter incentivos fiscais. Assim, no momento em que são “importadas” pelas empresas, acabam inflando os dados da balança comercial e do investimento, mas não elevam de fato o estoque de capital.

“Se, por um lado, o consumo das famílias deve exibir perda de ritmo no quarto trimestre em resposta à pressão sobre a renda disponível e possível redução voluntária da mobilidade, por outro, a robusta taxa de crescimento do investimento pode dar falsa impressão de economia aquecida”, diz Luana.

O motivo da alta expressiva prevista para a FCBF no período, porém, seria a relevante nacionalização de plataformas no período, particularmente em dezembro. Naquele mês, destaca a economista, foram importados US\$ 4,8 bilhões desses bens. Por isso, o volume importado de bens de capital subiu 254% em relação a dezembro de 2019. Já sem as plataformas, a alta teria sido bem mais fraca: 11%. “Nunca sabemos quando esses dados vão entrar na conta.”

À exceção da expansão inflada do investimento, afirma Luana, a forte recuperação da economia brasileira após o fundo do poço atingido no segundo trimestre de 2020 já deu sinais de perda de fôlego nos últimos meses do ano. “A redução do auxílio emergencial, a aceleração da inflação e o recrudescimento da pandemia são alguns fatores que contribuiriam para um menor ímpeto de consumo, tanto de bens quanto de serviços, no fim do ano passado.”

Por fim, ela ressalta que, mesmo com as plataformas, o investimento deve ter encerrado 2020 quase 20% abaixo do pico registrado em 2013. “O cenário é ainda mais preocupante se lembrarmos que a acomodação do crescimento no fim de 2020 precede um cenário de contração econômica no primeiro semestre deste ano, devido à contração fiscal com a saída do auxílio e o repique da pandemia.”

Para Luana, “a vacina dará fim à crise sanitária, mas não resolverá nossos muitos dilemas e gargalos estruturais”, o que aponta para comportamento ainda fraco do

investimento em 2021. No cenário do Ibre/FGV, a FBCF vai subir 4,8% no ano, mas, observa, a base de comparação de 2020 é baixa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Feliz Sprinter Nova.

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em agosto

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Geladeira Continental Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

VALOR INVESTE

Governo dá prazo até fim de março para segurados do INSS realizarem prova de vida

VALOR INVESTE

Volta do auxílio depende de disposição de Bolsonaro, diz Macro Capital



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... ver mais

No reino das estatais

Com tantos assuntos mais prementes, é difícil entender por que as privatizações são o tema que gera as discussões mais acaloradas

27/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os 10 países mais estatizantes ^{(1) (2)}

Empresas controladas pelo Estado

País	Total de Estatais	Número de funcionários	Valor total das empresas (em US\$ bilhões)
■ Hungria	370	148.193	9,1
■ Índia	270	3.284.845	338,5
■ Brasil	134	597.505	145,0
■ República Tcheca	133	133.826	28,8
■ Lituânia	128	40.711	5,7
■ Polônia	126	128.016	15,7
■ Eslováquia	113	60.471	-
■ México	78	73.686	21,2
■ Alemanha	71	370.440	72
■ Letônia	71	49.962	8,3

Fonte: OCDE/The Size and Sectoral Distribution of State-Owned Enterprises 2017.

(1) Dados de 2015 compilados pela OCDE e referentes a 40 países. Este ranking não inclui a China, cuja propriedade de estatais é incomparavelmente maior que a de qualquer economia.

(2) As taxas de câmbio usadas na análise são as médias de 2015, calculadas pela OCDE com base na Paridade do Poder de Compra (PPP, na sigla em inglês). Dados disponíveis em: <https://data.oecd.org/conversion/exchangerates.htm>

Não há tema que provoque discussões mais acaloradas neste país do que o das privatizações. É difícil entender o porquê, uma vez que existem dezenas de assuntos muito mais prementes. Aliás, basta fazer esta afirmação para que o interlocutor imediatamente nos acuse de ter interesses escusos.

Seria desnecessário citar as mazelas nacionais que demandam enfrentamento urgente, uma vez que todos as conhecemos, afinal, elas integram a paisagem nacional desde sempre - entre outras, o racismo estrutural, a extrema violência decorrente dessa chaga secular, a desigualdade de renda, a discriminação contra mulheres, LGBT, indígenas, pobres, nordestinos e imigrantes de países não europeus, a concentração de renda, a baixíssima qualidade do ensino básico e fundamental prestado por escolas públicas, a apropriação do orçamento público por grupos de interesse específico e a falta de saneamento básico para a maioria da população.

Venda de estatais pode render R\$ 800 bi e reduzir dívida

Empresas estatais parecem povoar o "inconsciente coletivo" do brasileiro, tamanha é a sensibilidade da discussão sobre o status quo nessa área. No entanto, sabemos que é falsa a ideia de que a maioria dos 210 milhões de brasileiros seja favorável à manutenção do modelo estatal que começou a ser erigido na década de 1930 e atingiu o ápice na década de 1970, decaiu depois em consequência da falência do modelo estatizante evidenciada pela crise da dívida em 1982 e voltou a crescer durante os dois governos do PT (de 2003 a 2016).

Como a Ilha de Vera Cruz é repleta de contradições, Dilma Rousseff (PT), presidente mais afeita ao estatismo desde a redemocratização, privatizou os maiores aeroportos, em meio a protestos de sindicatos ligados a seu partido e à estatal Infraero. Registre-se, também, que a presidente teve coragem de levar ao Congresso e aprovar o projeto de lei que criou o Funpresp, o fundo de pensão dos funcionários públicos federais, iniciativa que, finalmente, regulamentou a reforma da Previdência aprovada em 2003, destinada a igualar as regras de aposentadoria do funcionalismo com as do INSS.

O que a reforma da Previdência tem a ver com privatização? Os dois tópicos vão na direção de desafogar o Estado brasileiro de compromissos injustificáveis como

bancar a aposentadoria integral de funcionários públicos e construir e administrar coisas como aeroportos, algo que pode ser feito de maneira eficiente pelo setor privado, sob a regulação do setor público. A criação do Funpresp e a concessão de aeroportos ocorreram no primeiro mandato de Dilma (2010-2014) e isso não impediu sua reeleição.

A resistência às privatizações vem de setores das classes média e alta que pautam ou interditam o debate nacional. Curiosamente, a força do discurso contrário à desestatização aparece, inclusive, na agenda de movimentos sociais que tratam de temas prementes mencionados aqui. É como se o sucesso de itens dessa agenda, como a luta para que o Estado brasileiro torne o combate ao racismo o item número 1 de sua atuação, dependesse da manutenção da Petrobras, da Eletrobras e do Banco do Brasil como empresas estatais. Isso não faz o menor sentido. Não é com estatais que se enfrentam ignomínias como o racismo, mas, sim, com um Estado forte e implacável na defesa e na implantação dos direitos e garantias fundamentais, inscritos na Constituição de 1988 como cláusulas pétreas.

A Ilha de Vera Cruz não foi estatizante desde tempos imemoriais. Até 1930, as empresas que administravam a maioria dos serviços públicos eram privadas e de capital estrangeiro. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, isso começou a mudar. Floresceu, então, o discurso nacionalista, embora Vargas procurasse conciliar, de forma pragmática, interesses nacionais e estrangeiros, de forma que os investimentos, principalmente em infraestrutura, fossem realizados. O nacionalismo, porém, prevaleceu.

Em 1930, segundo dados oficiais, o país tinha 17 estatais. Nas décadas de 1950 e 1960, o nacionalismo ganhou força em meio à Guerra Fria. Instigados por lideranças civis, os militares derrubaram em 1964 o presidente João Goulart e promoveram uma série de reformas econômicas de cunho liberal. Isso não alterou a marcha estatizante iniciada com a criação da Petrobras em 1954.

No fim dos anos 60, havia pouco mais de cem estatais no país. No fim da década seguinte, por causa do modelo de substituição de importações, o número subiu para 300. Em 1980, com as finanças públicas já colapsadas e inadimplente com os credores externos, a Ilha de Vera Cruz ampliou a carteira de estatais para 382.

Nos anos seguintes, diante da insustentabilidade de empresas que se tornaram cabides de emprego, instrumento de uso político em favor de poucos e fontes de corrupção, o primeiro governo civil depois de 21 anos de ditadura e, na sequência, os três primeiros presidentes eleitos começaram a vender e fechar estatais. Mas, haja contradição: na Guerra Fria, o país a que chamamos de Brasil estava alinhado aos Estados Unidos; seu regime econômico, todavia, assemelhava-se ao do bloco soviético-comunista. Isso fez com que, mesmo depois de 31 anos da derrubada do Muro de Berlim e de oficialmente nunca ter deixado de ser um país “capitalista”, este canto do planeta seja o terceiro mais estatizante (*ver tabela acima*). Esta coluna voltará ao tema nas próximas semanas.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Continental Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

Coloque em prática seu projeto de educação financeira

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Por R\$2199 ou

R\$2199 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Pós FGV

FGV

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

Tiasa investe R\$ 250 milhões na BA na produção de dióxido de titânio

Aporte pode chegar a R\$ 1 bi e companhia espera fabricar 80 mil toneladas em 2032

Por Ana Paula Machado — De São Paulo

27/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Titânio América (Tiasa) vai investir R\$ 250 milhões na construção de uma unidade de beneficiamento de titânio no polo petroquímico de Camaçari (BA). Segundo o presidente do conselho de administração da empresa, Eduardo Tavares de Melo, os aportes serão realizados na primeira fase do projeto que prevê ainda colocar a mina em Floresta, em Pernambuco, operacional.

“O projeto todo deverá receber R\$ 1 bilhão com a produção de 80 mil toneladas de dióxido de titânio em 2032. Estamos entrando em um mercado em que o consumo é, em sua maior parte, importado”, afirmou o executivo.

A primeira parte do projeto, que está em fase de licenciamento ambiental, deve entrar em operação no início de 2023. Tavares Melo ressaltou que a construção da unidade deve se iniciar no primeiro trimestre de 2022 e deverá gerar 600 postos de trabalho nas obras civis. Já quando estiver em operação, a companhia deverá empregar 200 funcionários diretamente e 300 pessoas de forma indireta.

“Acreditamos que as licenças devem ser concedidas no fim deste ano. Com isso iniciamos as obras na unidade de beneficiamento e na mina, que aliás, tem que começar a produzir seis meses antes da unidade de Camaçari”, disse Tavares de Melo.

Pelo projeto, ressaltou Tavares de Melo, a produção inicial de dióxido de titânio pode chegar a 15 mil toneladas por ano. “Na segunda fase, programada para entrar em operação em 2027, a expectativa é uma produção de 50 mil toneladas de dióxido de titânio.”

O dióxido de titânio é usado, atualmente, na indústria de tintas, como parte dos pigmentos, e no setor plástico. Hoje, o Brasil consome 180 mil toneladas por ano de dióxido de titânio e importa a maior parte desse volume.

O protocolo de entendimentos foi assinado na semana passada com o governo da Bahia. O vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, disse que o Estado é o único local do país onde já se fabrica o pigmento de dióxido de titânio pela Tronox Pigmentos do Brasil. “Agora teremos uma segunda unidade fabril produzindo uma matéria-prima tão importante para a indústria”, afirmou Leão.

Tavares Melo afirmou, ainda, que a companhia está desenvolvendo uma nova tecnologia para o beneficiamento do minério de titânio. Segundo ele, existem dois processos no mundo, um usando cloro e outro usando sulfato. “O que estamos desenvolvendo é uma rota alternativa de sulfato, estamos em processo de registrar patente. É mais simples, mais barato e não produz resíduos poluentes.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Contintetal Automática Frost Free 2 Portas TC41 370 Litros

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Por R\$2199 ou

R\$2199 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Pós FGV